



Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis

Desenvolvimento Territorial dos Caminhos
Singulares do Estado do Rio de Janeiro

Fevereiro 2004



GOVERNADORA

Rosinha Garotinho

VICE- GOVERNADOR

Luiz Paulo Fernandez Conde

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA

Arnaldo Niskier

SUBSECRETÁRIAS DE CULTURA

Vânia Bonelli

Cecília Conde

Maria Eugênia Stein

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO

CULTURAL – INEPAC

Marcus Monteiro, Diretor Geral

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

E NATURAL

Maria Regina Pontin de Mattos, Diretora

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Amauri Lopes Junior, Diretor

DEPARTAMENTO DE APOIO A PROJETOS DE

PRESERVAÇÃO CULTURAL

Augusto Vargas, Diretor

**PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO
ESTADUAL**

Paulo Alcântara Gomes

DIRETOR SUPERINTENDENTE

Paulo Maurício Castelo Branco

DIRETORES

Celina Vargas do Amaral Peixoto

Evandro Peçanha Alves

GERENTES

Juarez de Paula / UDL - NA

Heliana Marinho / UDL - RJ

Coordenadoria Técnica Geral do Projeto / INEPAC

Arquiteta Dina Lerner

Apoio do Departamento do Patrimônio Cultural e Natural / INEPAC

Supervisão Geral do Projeto

Dalva Lazaroni

Coordenação da Equipe Técnica dos Caminhos do Sal

Arquiteta Vera de Alcântara

Arquitetos assistentes

Adailton Jorge da Silva

Werther Holzer

Pesquisa Histórica

Cláudia Paixão

Agradecimentos

Arquiteta Lia Motta e equipe do Departamento de Identificação e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, pelo apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.

Laura Bahia e Luciano Jesus de Souza, pelo apoio à programação visual dos trabalhos.

Fevereiro 2004

SUMÁRIO

Introdução	3
Os Caminhos do Sal, uma paisagem cultural	3
A paisagem das salinas	5
Roteiro metodológico	6
Mapeamento dos bens inventariados	11
Quadro sinóptico dos bens inventariados	18
O trabalho de campo, os personagens dos Caminhos do Sal	35
Breve histórico	44
Os primeiros ocupantes	44
A ocupação europeia	47
Distribuição de sesmarias e atividades econômicas	48
Os sítios arqueológicos	52
Vestígios remanescentes	52
A paisagem rural	61
Vestígios remanescentes	61
Implantação no sítio e arquitetura	62
Arquitetura religiosa	64
Vestígios remanescentes	64
A paisagem urbana	66
Vestígios remanescentes	66
Os primeiros caminhos	69
Os caminhos do trem	71
As salinas	74
Quadro atual	74
A paisagem humana	75
Referências bibliográficas	77
Referências cartográficas	79

INTRODUÇÃO

Os Caminhos do Sal, uma paisagem cultural

A escolha dos temas ouro, açúcar, café e sal para servir de ponto de partida a realização do **Inventário de Bens Culturais Imóveis no "Projeto Desenvolvimento Territorial - Caminhos Singulares no Estado do Rio de Janeiro"**, evidencia a intenção de que essas atividades econômicas sejam analisadas do ponto de vista de sua contribuição histórica e estruturadora do espaço fluminense e suas paisagens culturais.

No entanto, essas atividades econômicas dinamizaram apenas as regiões onde a produção agrícola ou extrativista era realizada, sendo que enormes áreas ficaram à margem dos benefícios gerados pelo ingresso de capital aferido aos bens materiais delas derivados.

Na identificação de seus vestígios, verificou-se que a região definida pelos roteiros dos **Caminhos do Sal**, denominada de Região dos Lagos, tem uma ocupação que remonta a cerca de 4.500 anos antes do presente (AP), habitada por populações pré-cerâmicas que extraíam seu sustento do rico ecossistema proporcionado pela interação entre a mata atlântica e a zona costeira. Essa ocupação, antecede e muito, a conhecida ocupação histórica. (ocupação que se deu depois da chegada do europeu e africano).

Vestígios dessa época ainda podem ser encontrados em toda a região, assim como de todas as atividades econômicas subseqüentes, que apesar de manterem sempre uma relação periférica com as zonas produtoras centrais, garantiram efetivamente a ocupação do território pelo português.

Assim, dali se extraiu o pau-brasil, plantou-se cana-de-açúcar, depois café, depois laranja, se introduziu o gado, e depois abandonada, a terra nua foi reservada às atividades de especulação imobiliária para a implantação, principalmente, de loteamentos e novos usos voltados ao turismo e veraneio.

A região é toda marcada por diversos fatores geomorfológicos, climáticos e florísticos, que tornam a sua paisagem singular em relação ao resto do Estado. Tem-se um escalonamento de ambientes naturais que inclui, da restinga com seus cordões arenosos, até serras cobertas de Mata Atlântica nativa. Nesse entremeado de paisagens destaca-se o imenso espelho d'água que corta a região de oeste a leste, paralelamente ao mar e as serras, separando os cordões da restinga dos paredões da Serra do Mar.

Esta paisagem abrigou diversas culturas e etnias, onde se encontra desde o descendente direto dos tupinambás ao descendente do europeu e do negro, que humanizaram o sítio primitivo e, ao longo dos séculos lhe deram



Forte São Mateus – Cabo Frio



Interior da Casa da Flor – São Pedro da Aldeia.

forma Esse cenário riquíssimo, guarda como remanescentes de sua ocupação uma diversidade de bens culturais, como o Forte de São Matheus de Cabo Frio, a Casa da Flor, os Sambaquis e a Igreja Jesuítica de São Pedro, a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema e as fazendas setecentistas de Maricá, cujas construções não estão necessariamente vinculadas à história do sal.

Por este motivo, na região que compreende os Caminhos do Sal, a extração desse produto não pode ser caracterizada como a atividade econômica determinante ou única na construção do patrimônio cultural e ambiental edificado da região, ou mesmo sendo nominalmente assim classificada, devem ser consideradas as interações com as outras atividades econômicas que ocorriam simultaneamente aquela.

A atividade salineira, apesar de não se refletir em uma acumulação de capital que permita um recorte temporal e espacial caracterizado unicamente a partir da exploração deste recurso mineral, curiosamente, a sua presença como produto gerador de uma determinada dinâmica social e econômica, possui uma relação visceral com o meio natural onde se encontra, e proporcionou a construção da “idéia” de uma paisagem cultural única — **a paisagem das salinas.**



Igreja Jesuítica de São Pedro da Aldeia.



Salina Vigilante, Praia Seca – Araruama.

A paisagem das salinas

Marcadas pelo desenho geométrico dos marnéis concentradores do sal, que se estendem como tanques de águas rasas e tranqüilas pelos baixios de onde desponta solitário um moinho com suas rodas de ventos e um barracão de madeira rústica para depósito do sal recolhido, **as Salinas constituem-se num dos símbolos da identidade cultural da Região dos Lagos** — assim como também o são os cordões arenosos de dunas margeadas pela vegetação típica de restinga, que recobrem aquele litoral — consagrando-lhe a denominação regional como território dos Caminhos do Sal.

A exceção da via marítima, institucionalmente o sal não gerou caminhos, mas sim se apropriou dos caminhos abertos para o escoamento de outros produtos da região. Os caminhos que se pode considerar como por ele gerados, eram os que viabilizavam o contrabando pela restinga de Massambaba, pela via interior que passava por São Vicente.

No Brasil Colônia o sal era considerado produto estratégico, tanto que, além da legislação e estrutura administrativa de controle, todo o litoral era considerado propriedade da coroa "*...o sal, a pesca e os lucros que destes poderia advir.*"¹

A partir das fontes consultadas, percebe-se que a exploração salineira ganhou notoriedade na região, em detrimento de outras atividades econômicas, em decorrência do intenso controle exercido pelo Estado, desde a Colônia, na esfera de sua produção. Este controle não se limitava à exploração, abrangendo também o beneficiamento, a comercialização e a própria posse da terra.

A Coroa instituiu a figura da "terra de marinha", que tornou inalienável o domínio pleno sobre essas áreas, a partir dos mesmos e rigorosos preceitos impostos pela União Ibérica, característica da lógica mercantilista do monopólio das atividades comerciais nas Colônias. O instituto da "enfiteuse", instrumento jurídico que atribui a outrem o domínio útil de um imóvel mediante o pagamento de uma pensão anual certa e invariável, o foro, foi utilizado no desenvolvimento e estímulo às atividades produtivas. Essa criação portuguesa mostrou-se proveitosa: garantia a fixação da população e a exploração de uma costa muito extensa. Desta forma criou-se um entendimento administrativo que o uso e o costume transformaram em direito consolidado e que permanece até hoje.

Terras de Marinha, as áreas das salinas pertencem hoje à União e estão incluídas na faixa marginal de proteção e preservação da orla marítima e



Salina São João e Antiga Sede de Fazenda, São Pedro da Aldeia.



Catavento em funcionamento fabricado no início do século XX – São Pedro da Aldeia.

¹ GIFFONI, José Marcello Salles. Sal: um outro império (1801-1850). Niterói: Universidade Federal Fluminense/ICHF, Dissertação de Mestrado, 1999. P. 15.

das lagoas. Foram implantadas a partir de uma autorização que permite naquele local somente a extração do sal e, segundo esta mesma legislação, devem voltar ao domínio federal quando a lavra se encerra.

Na prática esta determinação legal não se verifica. Com o refluxo econômico da região em consequência da crise do sal fluminense, o salineiro, dono em 79% dos casos de uma pequena área, na maioria dos casos dobrou-se diante da sedutora proposta de compra das salinas, por parte dos especuladores locais responsáveis pelos loteamentos. Dessa maneira, essas áreas que deveriam ser reincorporadas às terras da União não retornam a ela, sendo as salinas progressivamente substituídas por condomínios e loteamentos, mais rentáveis economicamente aos cofres do poder público local. Predominando a má qualidade arquitetônica e urbanística, essa nova atividade econômica é, sem dúvida, um dos fatores determinantes na deterioração do ambiente e transformação radical da paisagem tradicional.

Roteiro metodológico

• Definição do universo a ser inventariado

Do ponto de vista metodológico, para a compreensão das salinas como um objeto cultural a ser investigado e o entendimento da sua inserção na paisagem da Região dos Lagos, bem como do processo que envolve a atividade salineira em si, foi fundamental o contato estabelecido com a AFLUSAL - Associação Fluminense de Salineiros, na figura do Sr. Júlio César Cabral Garcia. Na oportunidade, além de outros aspectos, dois destacaram-se pela especial relevância:

1. Uma nova ótica de abordagem científica que coloca as salinas como fator de “equilíbrio ecológico” do sistema lagunar, a partir de sua forte influência, tanto no sistema hídrico como no biológico;
2. A função que as salinas têm na renovação das águas e na limpeza do fundo da lagoa, favorecida pelo bombeamento da água da lagoa para o interior dos marnéis.

Quanto ao primeiro aspecto, verifica-se que no procedimento rudimentar de lavra do sal, que se repete de igual maneira há 150 anos, as salinas compreendem vários ambientes, definidos pelos tanques de salinização diferenciada. Nos marnéis, tanques com 60 e 70 cm de profundidade, a concentração de sal é de 60 a 100 partes por 1000 – nessas condições, os organismos que aí se desenvolvem garantem papel importante na alimentação das aves migratórias. Quando se diminui a altura do espelho dos tanques, aumentando portanto a salinização, os organismos que se desenvolvem terão influência no sistema químico da água, consumindo



Salina Vigilante em Araruama.

nutrientes como cálcio, magnésio, ferro etc.. Esta alteração gera um aumento da precipitação de certos compostos como carbonato de cálcio, sulfato de cálcio, sulfato de estrôncio, entre outros, que permitirão ao final do processo, a sedimentação do cloreto de sódio (sal) na forma pura. Ao longo deste processo são de grande importância várias espécies de bactérias (microalgas e microcrustáceos). A evaporação da água é acelerada a partir da maior absorção de luz em consequência da biomassa formada por microalgas e bactérias. O microcrustáceo *Artêmia Salina*, desenvolvido na forma de cisto, é levado pelo vento e eclode na lagoa – ambiente menos salino, gerando milhões de organismos que enriquecem a cadeia alimentar.

Quanto ao segundo aspecto, as salinas permitem a retirada de certos compostos que interferem no PH da água, e também, no clima da região. Conclui-se que a manutenção e a memória desta atividade representa importante e fundamental papel na preservação daquele ecossistema natural.

Outro ponto importante a ressaltar é a necessidade de promover a melhoria de qualidade e produtividade do sal, através de aperfeiçoamentos nas técnicas tradicionais de extração, com o objetivo de torná-lo mais competitivo. Parece promissora a proposta de parceria com a Universidade Federal Fluminense – UFF, que transformaria suas salinas, situadas no Município de Iguaba Grande, em um Centro de Pesquisa, Capacitação e Desenvolvimento da atividade salineira da Região dos Lagos, ação que no entanto ainda não foi implementada.

A compreensão de todos os aspectos que envolvem a atividade econômica do sal e o processo de circulação do produto até os mercados consumidores, mostrou-se fundamental para procedermos ao recorte espacial que delimita a área de abrangência do universo de estudo conceituado como Caminhos do Sal.

Por este motivo os vestígios materiais que serviram de suporte a essas atividades e que foram selecionados para inventariação não ficaram restritos ao local das salinas, ou seja, à esfera de extração da matéria-prima em estado bruto, mas também à circulação do produto — ao seu transporte, beneficiamento e comercialização, englobando além dos municípios produtores — Cabo Frio, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Araruama, aqueles municípios onde eram beneficiados ou circulavam, Saquarema e Maricá, antes de atingir seu destino final.

Este recorte espacial configurado territorialmente por esse conjunto de municípios, deve ser observado como uma "região do espaço vivido", assim denominado por Armand Frémont² em seus estudos, onde a tessitura das relações sociais, econômicas e culturais, expressas pelos padrões de



Salina Vigilante em Araruama.

² FRÉMONT, Armand. *A Região: espaço vivido*. Lisboa, Almedina, 1980.

ocupação e de cultivo, pela forma urbana e as tipologias habitacionais, pelas relações de vizinhança e de parentesco, pelas crenças e pelos mitos, entre outras, refletem uma **paisagem cultural**, que pode ser definida a partir dos conceitos propostos por Augustin Berque:

*"A paisagem é uma **marca**, porque exprime uma civilização, mas também é uma **matriz**, porque participa de esquemas de percepção, de concepção e de ação — isto é, da cultura — que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, em outras palavras, com a paisagem de seu ecúmeno."*³

A exploração do sal é uma destas marcas que se destaca na matriz das variáveis físicas, econômicas, sociais e culturais, que constituem uma paisagem a partir de seu percurso, caminho, que leva produtos até regiões distantes. Mais do que isso ela denota, como propõe Berque a natureza trajetiva (*trajective*) do meio, onde diversas escalas temporais "... que coexistem metaforicamente em toda a realidade, i. e. na relação que institui reciprocamente um sujeito e seu ambiente, e onde a paisagem é a manifestação sensível de uma determinada escala do espaço. Esta relação estabelece uma unidade entre sujeito e objeto, unidade onde a realidade não pode ser pensada nem como objeto nem como sujeito, mas como **trajeto** perpétuo entre os dois termos, trajeto implicando ao mesmo tempo uma casualidade seqüencial (objetiva) e uma qualidade projetiva (metafórica)."⁴

A produção do sal no Brasil é tema pouco abordado na historiografia oficial, por outro lado estudos específicos sobre a Região dos Lagos estão disponíveis de maneira bastante fragmentada, pouco se referindo a vestígios históricos importantes como a arquitetura rural, paisagens urbanas ou a rede de circulação de transportes.

Devido a esta constatação foi estabelecida como metodologia de investigação inicial a busca em campo, ao mesmo tempo em que eram levantadas as informações disponíveis nos arquivos e bibliotecas dos municípios envolvidos, em instituições culturais e organizações locais representativas.

Deve-se destacar a carência de dados na maior parte desses municípios, a desarticulação entre os diversos órgãos locais, a falta de base cartográfica confiável, dentre outras. A opção foi de utilizar como mapa geral, as cartas do IBGE, na escala 1: 50.000, dificultando-se o estudo dos imóveis e conjuntos inseridos na malha urbana. Em muitos destes municípios, através de entrevistas realizadas com moradores, que são verdadeiros repositórios da



Salinas Perynas em Cabo Frio.

³ BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: Rosendahl, Z. Corrêa, R. L. (org.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro EDUERJ, 1998. P. 84-89.

⁴ BERQUE, Augustin. Millieu, trajet de paysage et déterminisme géographique. L' Espace Géographique. 9 (2): 99-104. 1985.

história local, é que foi possível complementar informações sobre a região e bens culturais inventariados.

Desta forma, concluiu-se que:

1. A área de abrangência do trabalho não poderia se ater apenas aos vestígios materiais ligados diretamente à extração do sal, pois a história da ocupação das áreas onde ocorre não é determinada, em muitos aspectos, pela atividade extrativa;
2. Para contextualizar a ocupação da área pelas salinas eram necessárias pesquisas históricas voltadas também para compreensão das outras atividades econômicas da região, e suas conseqüências na formação dos municípios.

Em uma segunda etapa, procurou-se confrontar os dados obtidos em campo com os existentes nos arquivos das instituições que dispõem de informações acerca de bens culturais arquitetônicos, como o INEPAC, o SPHAN, o Centro de Memória Fluminense da UFF, entre outros, onde as referências bibliográficas, iconográficas e cartográficas se mostraram bastante escassas.

- **Seleção dos vestígios remanescentes**

A identificação e listagem de potenciais vestígios foi feita a partir das fontes disponíveis nos municípios alvo, sendo que em alguns casos, como em Maricá e Araruama, havia bibliografia e iconografia sobre a arquitetura rural e religiosa.

Para os municípios de Maricá, Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio foi utilizada como base cartográfica de apoio cartas do IBGE produzidas em 1938.

Em muitos casos os vestígios foram encontrados a partir de informação oral obtida com antigos moradores, idosos, professores, historiadores amadores, membros de associações e de organizações não-governamentais e profissionais ligados a instituições governamentais.

Todas as informações fornecidas foram checadas *in loco*, e verificada sua relevância, ou não, para o trabalho de fichamento.



Palácio das Águias em Cabo Frio.



Fonte do Itajurú em Cabo Frio.

- **Fichamento**

O fichamento dos bens culturais imóveis dos Caminhos do Sal foi sendo organizado a partir de roteiros pré-estabelecidos, enfatizando-se o registro fotográfico e observando-se as características arquitetônicas, urbanísticas, a implantação no sítio, o estado de conservação, o grau de preservação e outras consideradas relevantes para a correta identificação do bem imóvel ou sítio visitado. A incorporação de dados históricos, e complementação das informações do bem inventariado foram objeto de trabalho de gabinete.

A partir de uma listagem básica de tipologias arquitetônicas, os bens inventariados foram agrupados em categorias como: sítios arqueológicos, arquitetura rural, urbana, religiosa, arquitetura do caminho de ferro, salinas, etc.

Cabe observar que quantidade significativa de vestígios listados inicialmente como de interesse para serem inventariados como bens culturais dos roteiros dos Caminhos do Sal, não foram localizados ou eram inexistentes. Este fato é devido, certamente, a intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas e de forma indiscriminada na região, muitas vezes desconsiderando a importância histórica e cultural desses sítios, quando não, pelo simples abandono e decadência das propriedades onde se localizavam.



Casa de Lindemberg em Cabo Frio.

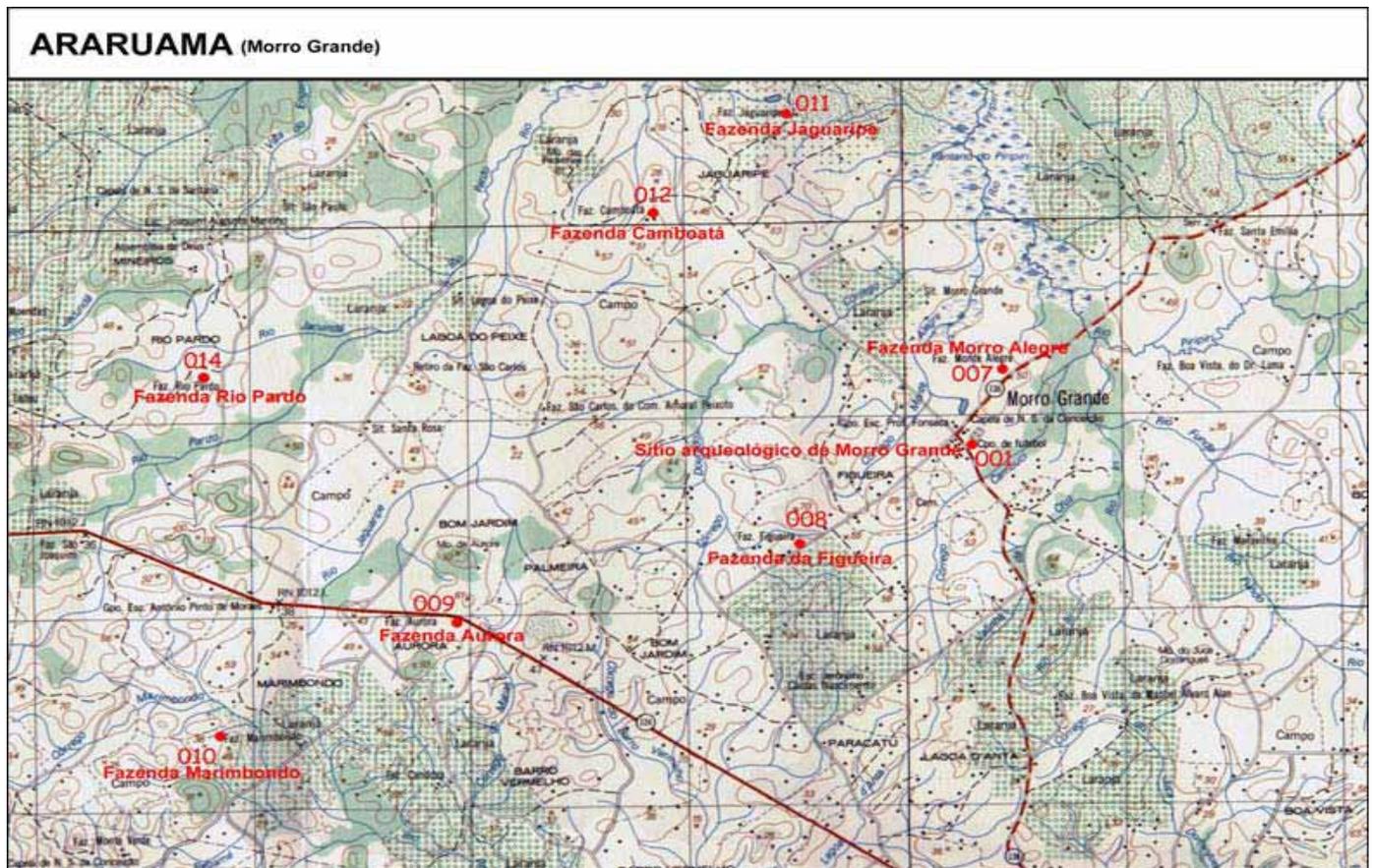
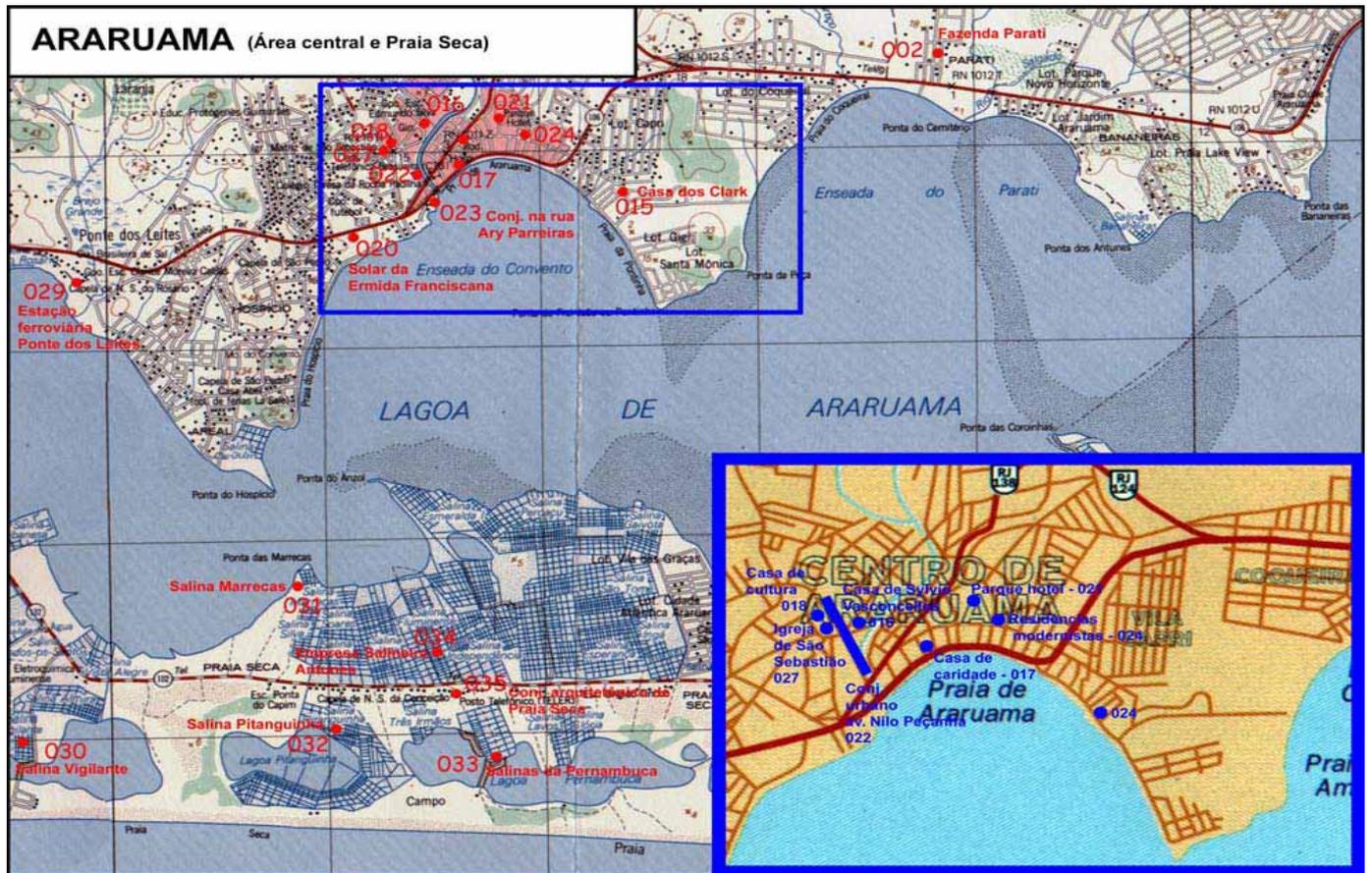


Fazenda Bom Jardim, auge da produção açucareira, em Maricá.



Vista da rodovia. Empresa Salineira Antunes em Araruama.

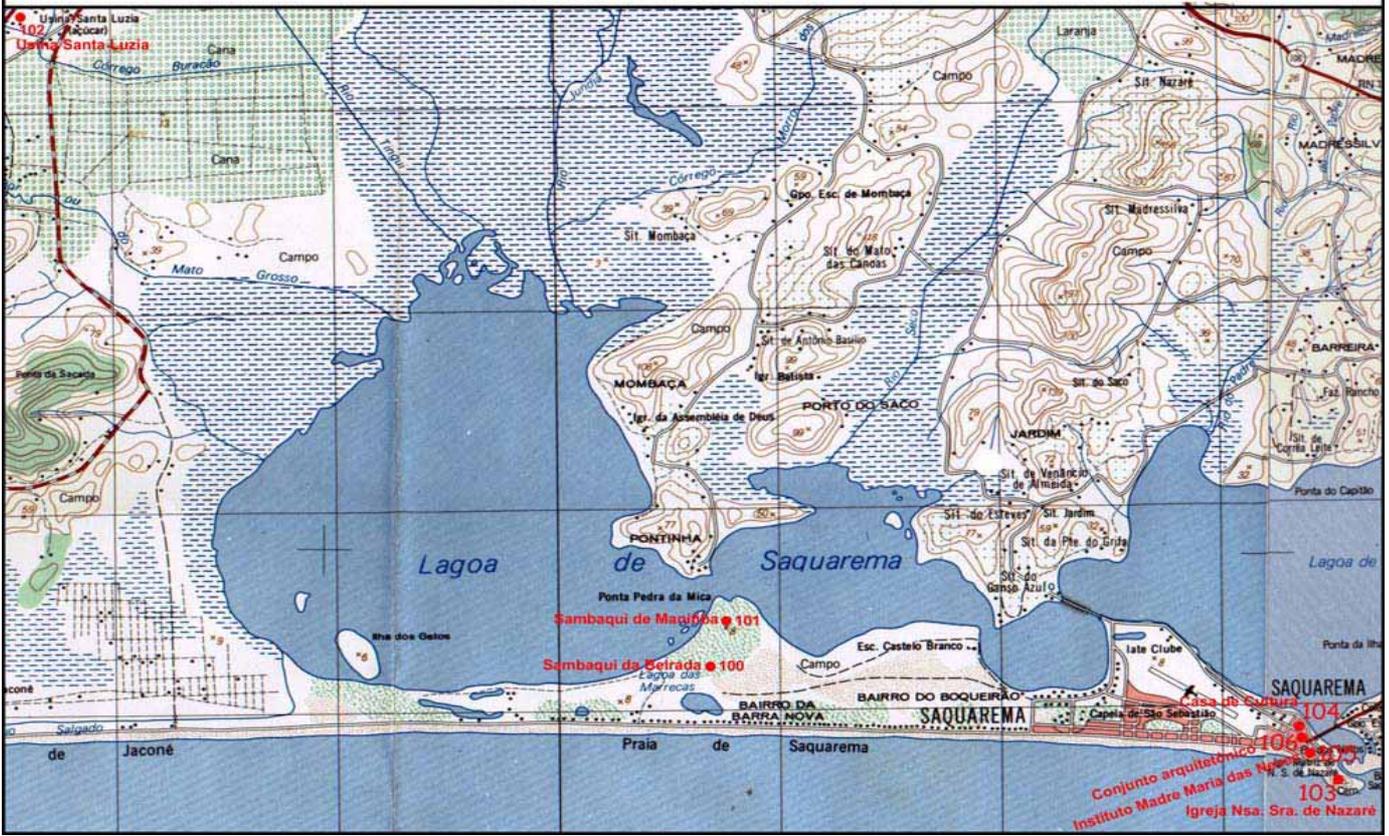
Maapeamento dos Bens Inventariados



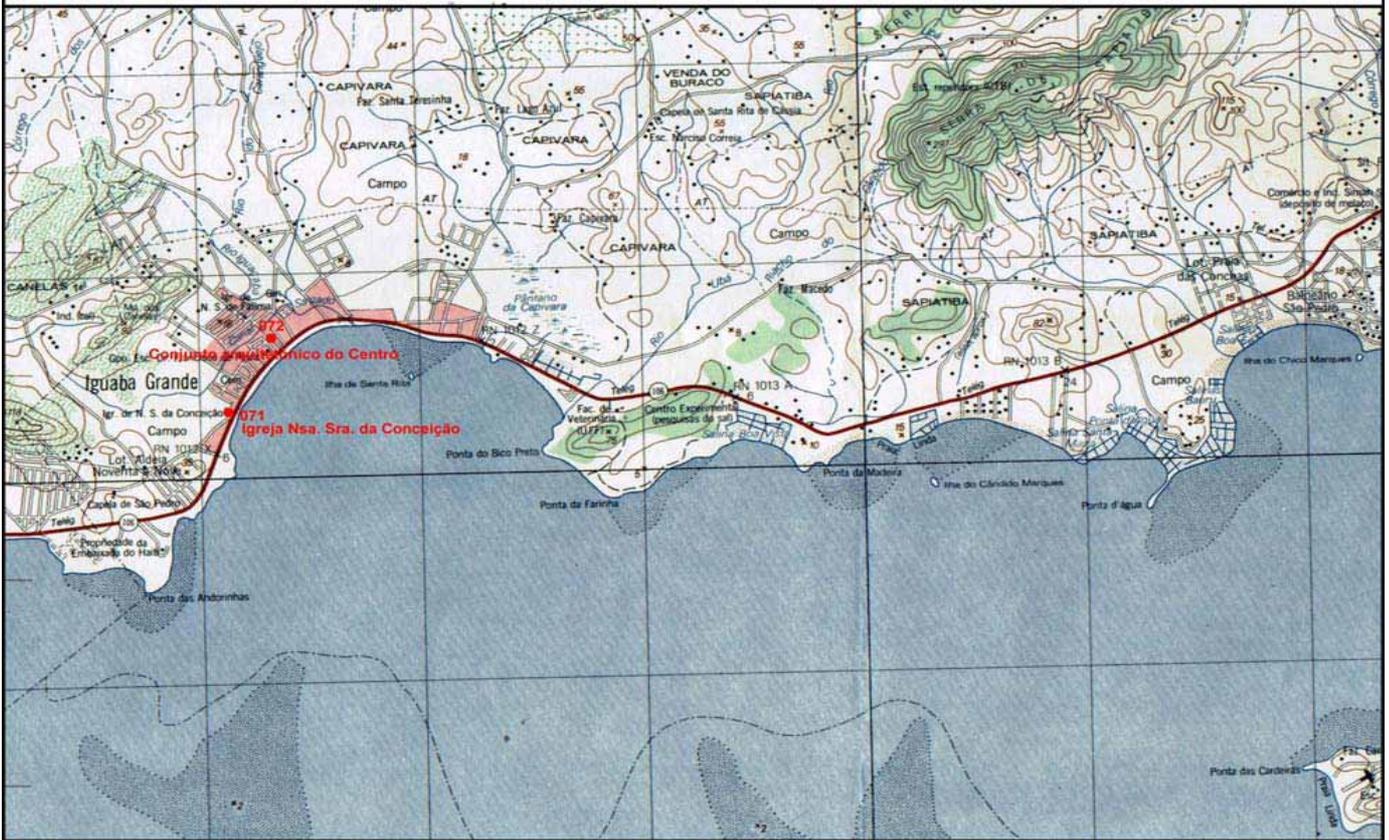
ARARUAMA (São Vicente de Paulo)



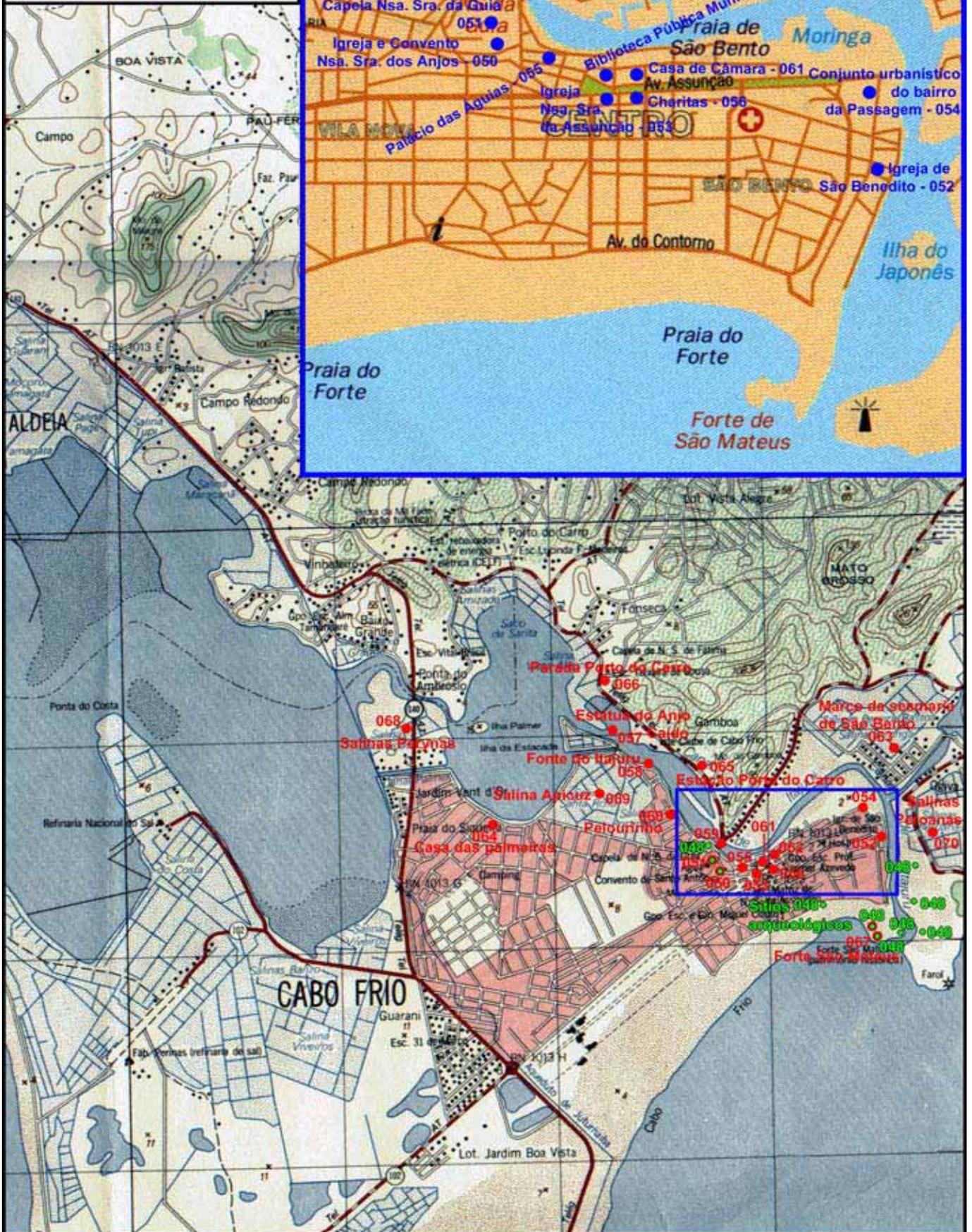
SAQUAREMA



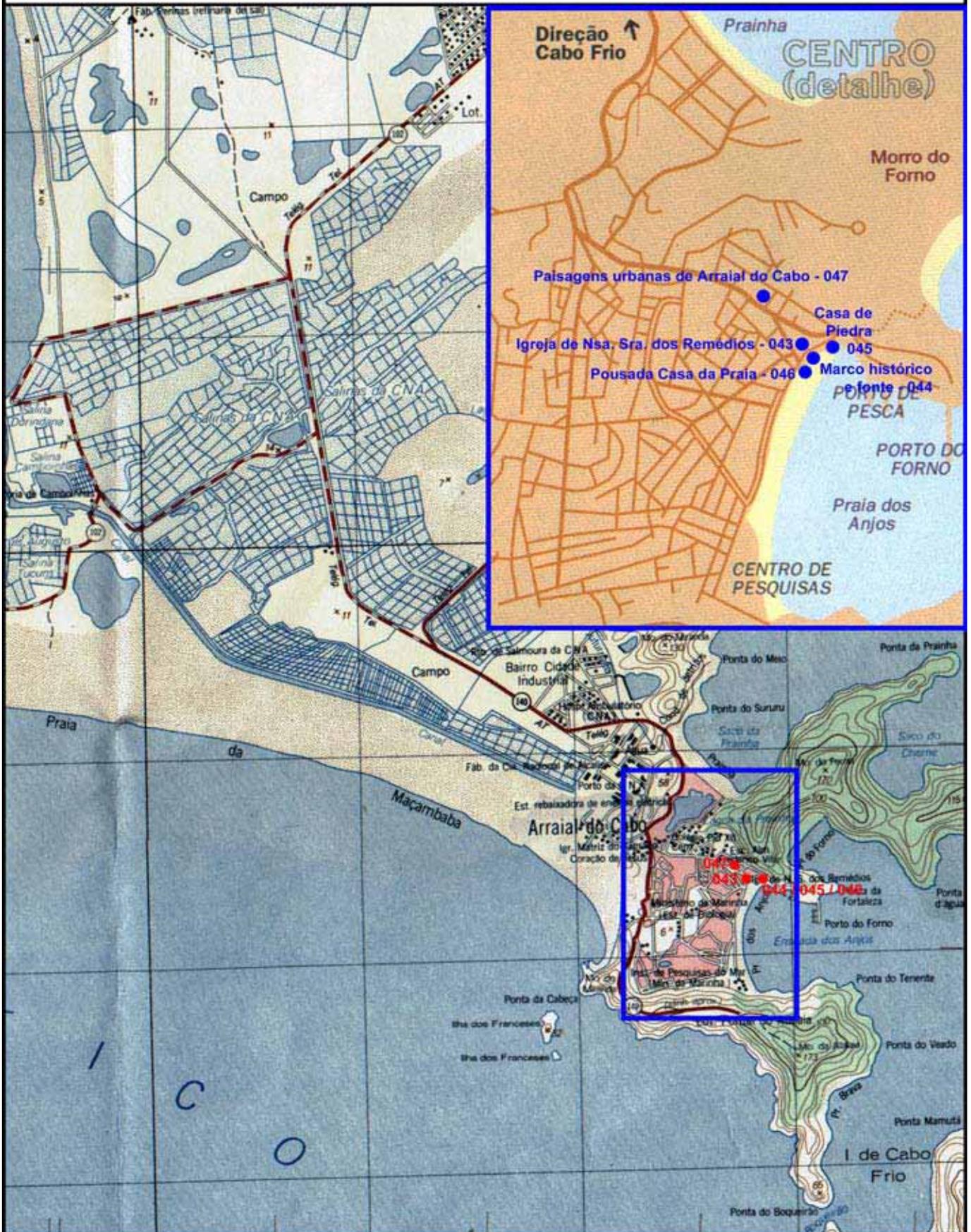
IGUABA GRANDE



CABO FRIO



ARRAIAL DO CABO



ARMAÇÃO DOS BÚZIOS





Fonte: IBGE. Escala 150.000

QUADRO SINÓPTICO DOS BENS INVENTARIADOS

CAMINHOS DO SAL

Município/ Código ficha de inventário	Denominação do Bem Imóvel	Fotos atuais	Fotos antigas	Desenhos e plantas	Mapas
Araruama					
Sítios Arqueológicos					
AR-CS-001	Sítio Arqueológico de Morro Grande		2		1
Arquitetura Rural					
AR-CS-002	Fazenda Parati	2	1		2
AR-CS-003	Fazenda Monte Belo		1	1	1
AR-CS-004	Fazenda Lagoa Preta	2			1
AR-CS-005	Fazenda da Piedade	1			1
AR-CS-006	Fazenda Prodígio	2			1
AR-CS-007	Fazenda Morro Alegre ou Vista Alegre	2			1
AR-CS-008	Fazenda da Figueira	2			1
AR-CS-009	Fazenda Aurora	3	3	4	1
AR-CS-010	Fazenda Marimbondo				1
AR-CS-011	Fazenda Jaguaripe	2			1
AR-CS-012	Fazenda Camboatá	2			1
AR-CS-013	Fazenda Pau Brasil	1			1
AR-CS-014	Fazenda Rio Pardo	1			1
AR-CS-015	Casa dos Clark		2		1
Arquitetura Urbana					
AR-CS-016	Casa de Sylvio Vasconcellos	2			1
AR-CS-017	Casa de Caridade	1	1		1
AR-CS-018	Casa de Cultura	1			1
AR-CS-019	Escola na Estrada do Pau Brasil	1			1
AR-CS-020	Solar da Ermida Franciscana	1	7		1
AR-CS-021	Parque Hotel	2			1
AR-CS-022	Conjunto Urbano na Avenida Nilo Peçanha	6			1
AR-CS-023	Conjunto na Rua Ary Parreiras	3			1
AR-CS-024	Residências Modernistas	6			1
AR-CS-025	Paisagens Urbanas de São Vicente	2			2
AR-CS-026	Pequeno Agrupamento rural	1			1
Arquitetura Religiosa					
AR-CS-027	Igreja Matriz de São Sebastião	1			1
AR-CS-028	Igreja Matriz de São Vicente de Paulo		1	1	
Arquitetura dos Caminhos de Ferro					
AR-CS-029	Estação ferroviária Ponte dos Leites e Seu Entorno	5			1
Paisagens das Salinas					
AR-CS-030	Salina Vigilante	3			1
AR-CS-031	Salina Marrecas	2			1
AR-CS-032	Salina Pitanguinha	1			1
AR-CS-033	Salina da Pernambuco	1			1
AR-CS-034	Empresa Salineira Antunes	6			1
AR-CS-035	Conjunto Arquitetônico de Praia Seca	4			1
Armação dos Búzios					
Arquitetura Civil					
BZ-CS-036	A Colônia	2			1
BZ-CS-037	Casa do Sino	2			1
BZ-CS-038	Colônia de Pescadores de Búzios	2	5	1	1
BZ-CS-039	Fazendinha	2			1
BZ-CS-041	Residência na Praia da Armação	3		1	1
BZ-CS-042	Solar do Peixe Vivo	3			1
Arquitetura Religiosa					
BZ-CS-040	Igreja de Sant'anna	1			1
Arraial do Cabo					
Arquitetura Religiosa					
AC-CS-043	Igreja de Nossa Senhora dos Remédios	2	2		1
Arquitetura Civil					
AC-CS-044	Marco Histórico e Fonte	4			1
AC-CS-045	Casa de Pedra	5			1
AC-CS-046	Pousada Casa da Praia	1			1
AC-CS-047	Paisagens Urbanas de Arraial do Cabo	1			1
Cabo Frio					
Sítios Arqueológicos					
CF-CS-048	Sítios Arqueológicos de Cabo Frio	8		5	1
Arquitetura Rural					
CF-CS-049	Fazenda Campos Novos	9	1	4	1

Município/ Código ficha de inventário	Denominação do Bem Imóvel	Fotos atuais	Fotos antigas	Desenhos e plantas	Mapas
Arquitetura Religiosa					
CF-CS-050	Igreja e Convento Nossa Senhora dos Anjos	3	1		1
CF-CS-051	Capela de Nossa Senhora da Guia	3			1
CF-CS-052	Igreja de São Benedito	1			1
CF-CS-053	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção	1			1
Arquitetura Civil					
CF-CS-054	Conjunto Urbanístico do Bairro da Passagem	1			1
CF-CS-055	Palácio da Águias	1	3		1
CF-CS-056	Charitas	3	1		1
CF-CS-057	Estátua do Anjo Caído	2			1
CF-CS-058	Fonte do Itajuru	3			1
CF-CS-059	Ponte Feliciano Sodré	2			1
CF-CS-060	Pelourinho	1			1
CF-CS-061	Casa de Câmara	1			1
CF-CS-062	Biblioteca Pública Municipal Professor Walter Nogueira	1			1
CF-CS-063	Marco da Sesmaria de São Bento	1			1
CF-CS-064	Casa das Palmeiras	3			1
Arquitetura dos Caminhos de Ferro					
CF-CS-065	Estação Porto do Carro	2			1
CF-CS-066	Parada Porto do Carro	1			1
Arquitetura Militar					
CF-CS-067	Forte São Mateus	4			1
Paisagens das Salinas					
CF-CS-068	Salinas Perynas	1			1
CF-CS-069	Salinas Apicuz	1			1
CF-CS-070	Salinas Peroanas	1			1
Iguaba					
Arquitetura Religiosa					
IG-CS-071	Capela Nossa Senhora da Conceição	3			1
Arquitetura Civil					
IG-CS-072	Conjunto arquitetônico do Centro	3			1
Maricá					
Arquitetura Rural					
MR-CS-073	Fazenda Bananal	2	2	1	1
MR-CS-074	Fazenda Bom Jardim	5			1
MR-CS-075	Fazenda Bambuí	2			1
MR-CS-076	Fazenda do Pilar	2	4		1
MR-CS-077	Fazenda Coqueiro		2		1
MR-CS-078	Fazenda Rio Fundo		4		1
MR-CS-079	Fazenda Itaociaia	14			1
Arquitetura Religiosa					
MR-CS-080	Capela de São José do Imbassaí	10			
MR-CS-081	Capela de Nossa Senhora da Saúde	6			
MR-CS-082	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo	6	4	2	1
Arquitetura Civil					
MR-CS-083	Casa de Câmara e Cadeia	4	2	2	1
MR-CS-084	Paisagens Urbanas do Centro	8			
Arquitetura dos Caminhos de Ferro					
MR-CS-085	Estação do Calaboca	8			1
MR-CS-086	Estação Manoel Ribeiro	5			1
São Pedro de Aldeia					
Arquitetura Rural					
SP-CS-087	Fazenda São José	2			1
SP-CS-088	Fazenda São Matheus	3			1
SP-CS-089	Fazenda Cantarino	1			1
Arquitetura Religiosa					
SP-CS-090	Igreja de São Pedro da Aldeia	6	1	2	1
Arquitetura Civil					
SP-CS-091	Casa do Azulejo	12			1
SP-CS-092	Casa da Flor	6			1
SP-CS-093	Conjunto Arquitetônico da Avenida São Pedro	3		2	1
SP-CS-094	Conjunto Arquitetônico do Centro	1	1	2	1
SP-CS-095	Paisagens Urbanas do Centro	4		2	1
SP-CS-096	Casa da Cruz	2			1
Arquitetura dos Caminhos de Ferro					
SP-CS-097	Estação de São Pedro da Aldeia	3			1
Paisagens das Salinas					
SP-CS-098	Salina Mossoró	2			1
SP-CS-099	Salina São João - Fazenda São João	7			1
Saquarema					
Sítios Arqueológicos					
SQ-CS-100	Sítio Arqueológico Sambaqui da Beirada	2		4	1

Município/ Código ficha de inventário	Denominação do Bem Imóvel	Fotos Atuais	Fotos antigas	Desenhos e plantas	Mapas
SQ-CS-101	Sítio Arqueológico Sambaqui de Manitiba	1			1
Arquitetura Rural					
SQ-CS-102	Usina de Santa Luzia	1	1		1
Arquitetura Religiosa					
SQ-CS-103	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré	6			1
Arquitetura Civil					
SQ-CS-104	Casa de Cultura	1	1		1
SQ-CS-105	Instituto Madre Maria das Neves	1			1
SQ-CS-106	Conjunto Arquitetônico no Centro	3	1		1
TOTAL	106	296	54	17	54

AMOSTRAGEM DAS FICHAS DE INVENTÁRIO

Inepac

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Secretaria de Estado de Cultura – RJ

INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

denominação:

Fazenda de Campos Novos e Igreja de Santo Inácio

código de identificação:

CF CS 049

localização:

Situa-se próxima à rodovia Amaral Peixoto, RJ 106, 124, a 500 m do acesso para Armação dos Búzios. GPS: Lat. 22° 43' 04.6" S Km.; Long.42° 01' 51.2" O.

município:

Cabo Frio

época de construção:

Fins do Século XVII

estado de conservação:

Ruim / Preservado integralmente

uso original / atual:

Residência Jesuítica, administração da Fazenda e Igreja/ Prefeitura Municipal de Cabo Frio

categoria:

Arquitetura Rural

proteção existente / proposta:

Tombamento Estadual

propriedade:

Pública / Prefeitura de Cabo Frio



situação e ambiência:

A residência da fazenda de Santo Inácio de Campos Novos situa-se próxima à rodovia Amaral Peixoto (RJ 106, Km 124), no trecho entre São Pedro da Aldeia e Barra de São João, no município de Cabo Frio, a menos de um quilômetro do entroncamento dessa estrada com a de Búzios. Existe uma pequena placa, desbotada, indicando a entrada da fazenda que fica à esquerda, a cerca de 600 m da estrada, numa pequena elevação. No sentido contrário da estrada, isto é, de Barra de São João para São Pedro da Aldeia. Logo após o entroncamento para Búzios, tem-se uma melhor visibilidade da residência que, atualmente, abriga a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e outros órgãos estaduais e federais ligados à agropecuária, como a EMATER, Inkra, etc. A fachada principal da residência está voltada para nordeste.

Levantado: Vera Alcântara / Werther Holzer

Data: 04-12-2003

Revisado: Adailton Jorge / Werther Holzer

Data: 04-01-2004

“A estrutura da residência de Campos Novos pode ser em pedra e cal, como sugere o tipo de torre, que ‘quando era feita de pedra e cal, como na igreja carioca do castelo, prevalecida geralmente o acabamento em forma de pirâmides’ (Costa,1978,P.47), o que é reforçado quando constatamos, no cemitério, na lateral externa da igreja, parte exposta da fundação em pedra. Por outro lado, a espessura das paredes, com cerca de 60 centímetros na residência e 70 centímetro na igreja, associada a um sistema de pilares, com dimensões 70cm x 70cm nas paredes periféricas, 50cmx100cm no perímetro do pátio interno, e 50cmx50cm quando isolados, indicam a existência de uma estrutura articulada do tipo pilar-viga. Este tipo de estrutura, por sua vez, sugere o uso de tijolos nos pilares e, possivelmente, na vedação parietal. Um futuro trabalho de prospecção, com remoção do emboço, poderá esclarecer este ponto. Devemos destacar, em relação as demais residências analisadas, que o uso de pilares, na parte interior, diminuiu o aspecto de peso de estrutura, que no exterior mantém a aparência monolítica. Outro aspecto relevante é o pequeno pé direito, em ambos os pavimentos da residência, em torno de 2,4m.

O partido usado na residência de Campos Novos é o da quadra, com a igreja fechando uma das laterais da quadra, e, um pequeno pátio central, interno, onde existe, surpreendentemente, um grande depósito, cilíndrico, de águas pluviais, coberto, com 2,65m de altura e cerca de 4m de diâmetro, com uma capacidade de armazenamento maior que 10.000l de água. A construção tem dois pavimentos com a igreja um pouco mais alta, assim como a torre também o é em relação a igreja.

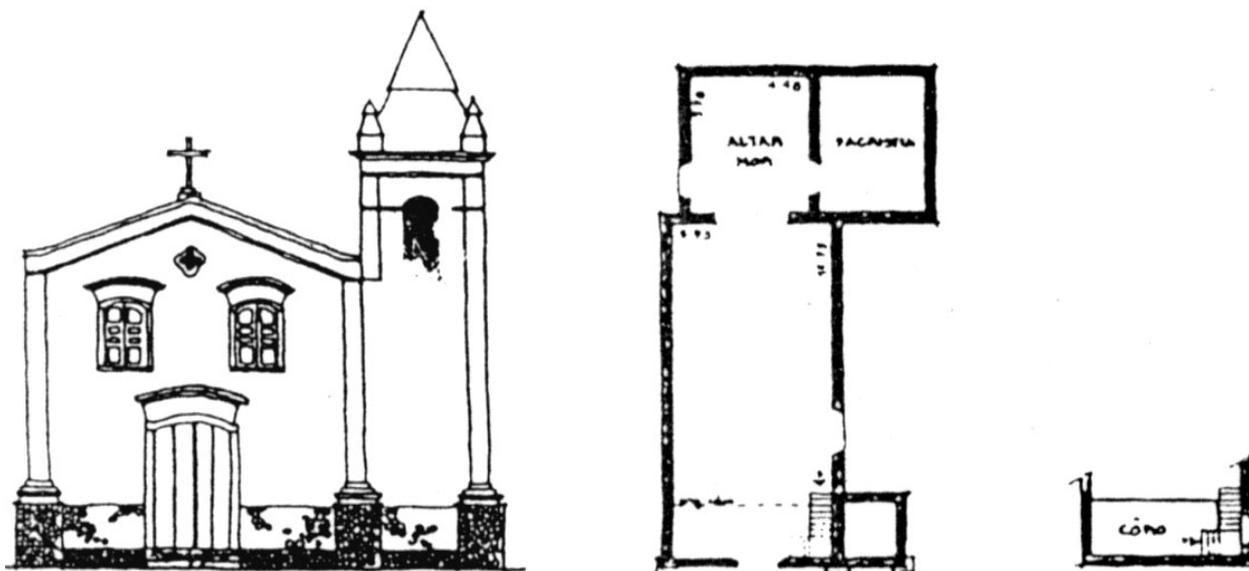
A Igreja de Santo Inácio é contígua à residência da fazenda, formando com esta e a torre, situada no extremo direito da fachada, um só corpo retilíneo. Pilastras de ângulo lisas assentadas em bases altas e salientes são encimadas por pináculos marcando as divisões verticais.

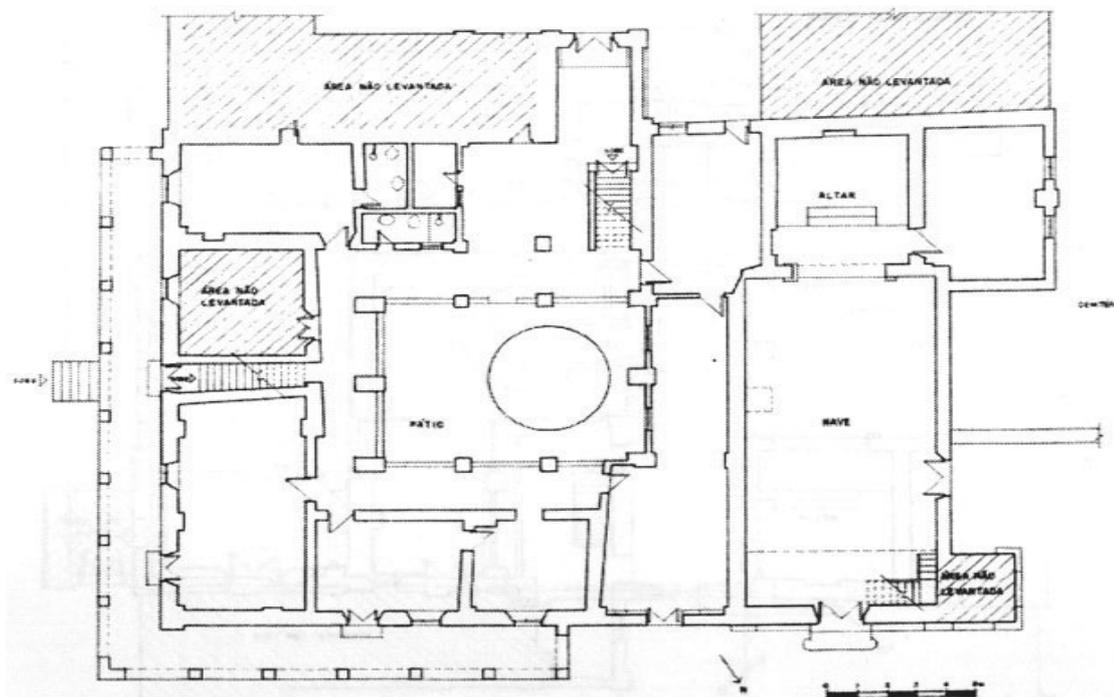
Seu frontispício tem a forma de pentágono tendo o embasamento recoberto de seixo rolado. As janelas do coro são em número de duas, em madeira a almofadada, São compostas de emolduramento alterado em madeira, se caracterizam por vergas em arco pleno encimadas por sobrevergas também de arco pleno em massa com função de pingadeiras. Logo acima das sobrevergas em eixo de simetria com relação as mesmas percebemos um óculo poliobado. O fechamento superior da empena reta do frontispício é emoldurado por frisos retilíneos.

O portal em madeira com duas folhas almofadadas é emoldurado por verga e sobreverga em arco pleno.

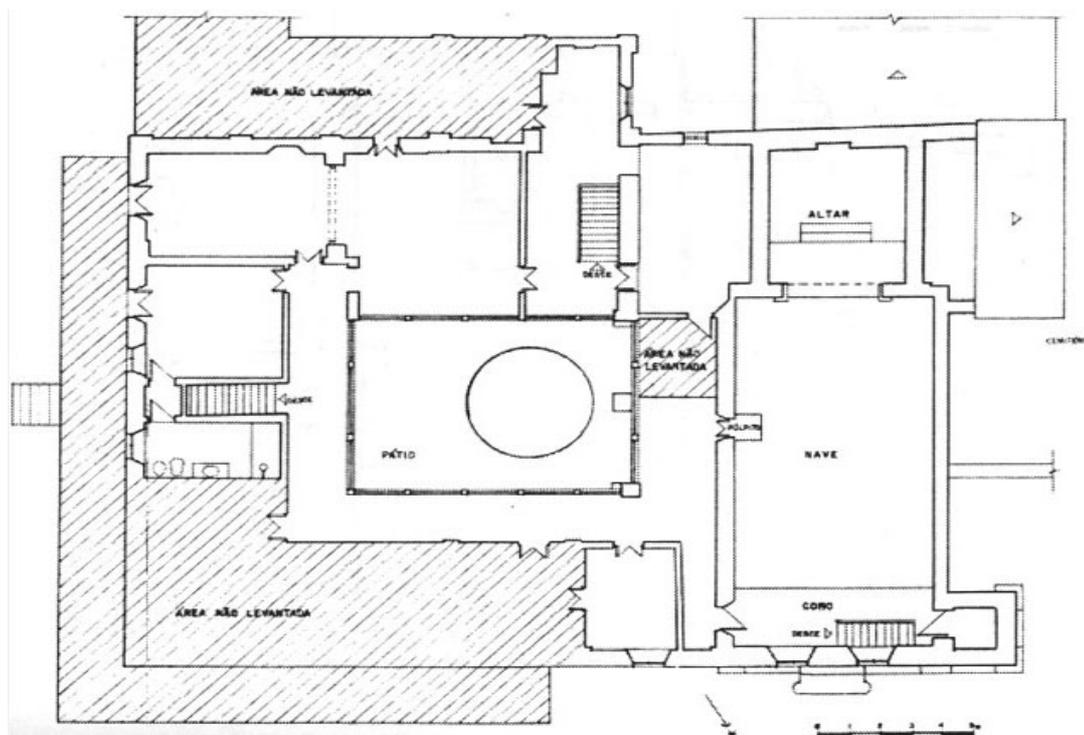
A torre quadrangular delineada verticalmente por cunhais em cantaria é envazada em suas quatro faces pelas sineiras de arco pleno. Seu fechamento se dá em pirâmide escalonada com pináculos em seus vértices.

A planta da igreja apresenta nave única retangular e capela-mor diferenciada da nave através do arco cruzeiro. A sacristia é contígua ao altar-mor e o acesso ao coro se faz por uma escada interior da nave.” (Araújo, José Antônio Andrade. A Quadra Perfeita: Um Estudo sobre Arquitetura Rural Jesuítica. Niterói. UFF, 2000. P 93-94)





Planta baixa – 1º pavimento – Campos Novos – Cabo Frio/RJ
Levantamento do autor, realizado em janeiro de 1999.
(sem triangulação)



Planta baixa – 2º pavimento – Campos Novos – Cabo Frio/RJ
Levantamento do autor, realizado em janeiro de 1999.
(sem triangulação)

dados históricos

A fazenda Campos Novos se situa dentro da sesmaria doada aos índios em 1617 na qual havia sido fundada a aldeia de São Pedro de Cabo Frio. Existem poucas informações acerca dessa fazenda além de se situar em Terras álagadiças e inúteis para a lavoura. As propriedades rurais dos Jesuítas surgiram com a necessidade de sustentar os colégios assim como suas residências e aldeias.

Territórios rurais começaram assim a formar-se através de doações de sesmarias, doações de particulares, heranças recebidas, compras e trocas de terras. (Araújo, José Antônio Andrade. A Quadra Perfeita: Um Estudo sobre Arquitetura Rural Jesuítica. Niterói. UFF, 2000)

informações complementares

“Construída por padres jesuítas no final do Século XVII, a fazenda agropecuária Campos Novos abrigava uma capela dedicada a Santo Inácio de Loyola e um pequeno cemitério, que originalmente serviu aos jesuítas.

Após graves conflitos de terra, a área foi desapropriada pelo governo municipal em 1993.” (Revista Cabo Frio 500 anos de história. Editada pelo Projeto Cabo Frio 500 anos de história. 2003)

registro fotográfico



Vista do pátio interno



Vista da sala do colégio



Detalhe de um dos quartos em que foi preservada a pintura original

Fotos: Werther Holzer



Vista lateral da igreja



Vista da entrada e do coro



Interior da nave, vista da capela-mor



Foto Lena Trindade. Revista Cabo Frio 500 anos de história. Editada pelo Projeto Cabo Frio 500 anos de história. 2003. p.25.



Vista da fachada principal

Fotos: Werther Holzer

Inepac

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Secretaria de Estado de Cultura – RJ

INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

denominação:

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo

código de identificação:

MR CS 082

localização:

Localiza-se Entre as ruas Almeida Fagundes, Péricles Rocha Ferreira, Álvares de Castro e Silvino Alves de Siqueira Centro.

município:

Maricá

época de construção:

Século XVII

estado de conservação:

Bom / Preservada parcialmente.

uso original / atual:

Matriz / Matriz

categoria:

Arquitetura religiosa

proteção existente / proposta:

Tombamento Estadual

propriedade:

Privada / Arquidiocese de Niterói



situação e ambiência:

Situa-se sobre pequena elevação artificial (aproximadamente 3mts) ao lado da praça Orlando de Barros Pimentel. Inserida no primitivo núcleo de urbanização da cidade. O conjunto formado pela “Casa de Câmara e Cadeia” e Igreja demonstra a proximidade dos poderes constituídos: administrativo e religioso. Esta proximidade obedecia ao plano inicial de implantação das vilas que dispunha num mesmo espaço (a praça) os dois prédios.

A igreja, com consecutivas reformas, já teve sua feição original descaracterizada.

Levantado: Adailton Jorge da Silva / Werther Holzer

Data: 08-11-03

Revisado: Adailton Jorge da Silva / Werther Holzer

Data: 04-01-2004

1 - Tipologia Funcional:

Planta retangular de nave única, ladeada por duas alas. A sacristia se posiciona como de costume nos fundos da nave e o batistério, também num posicionamento mais comum, logo na entrada da nave, à sua esquerda.

A cobertura da nave é constituída internamente por uma abóbada de berço que cobre todo o corpo principal e sua iluminação é proporcionada por janelas laterais que ocupam toda a sua extensão.

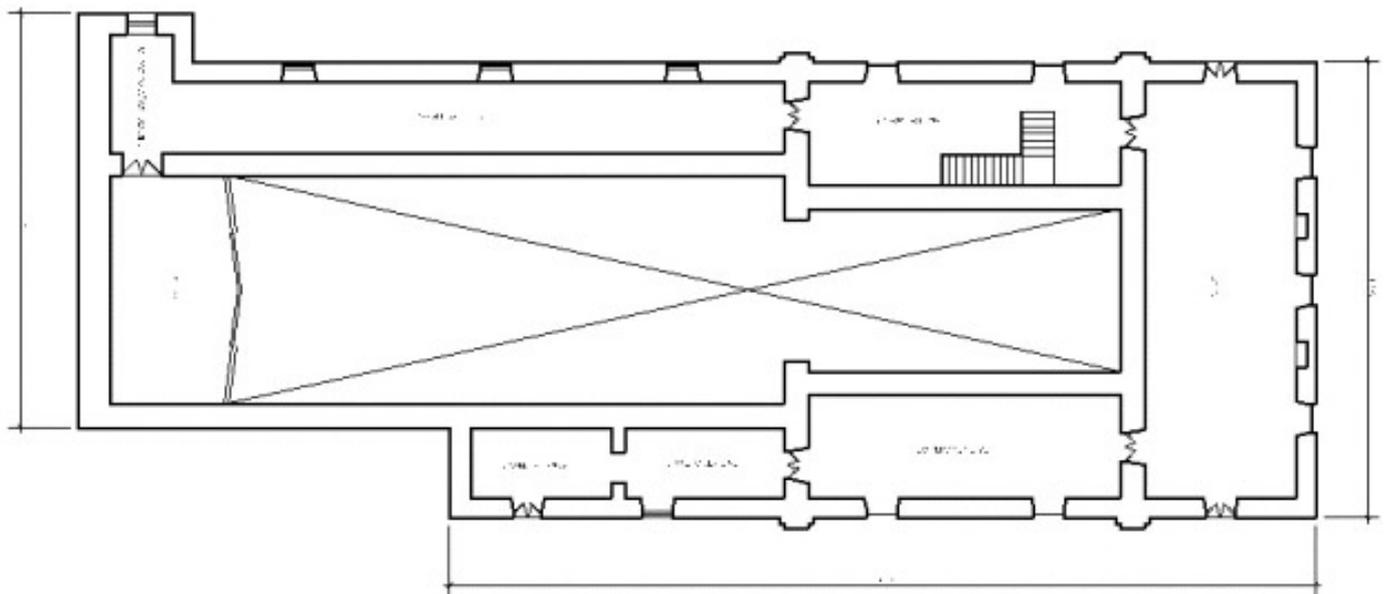
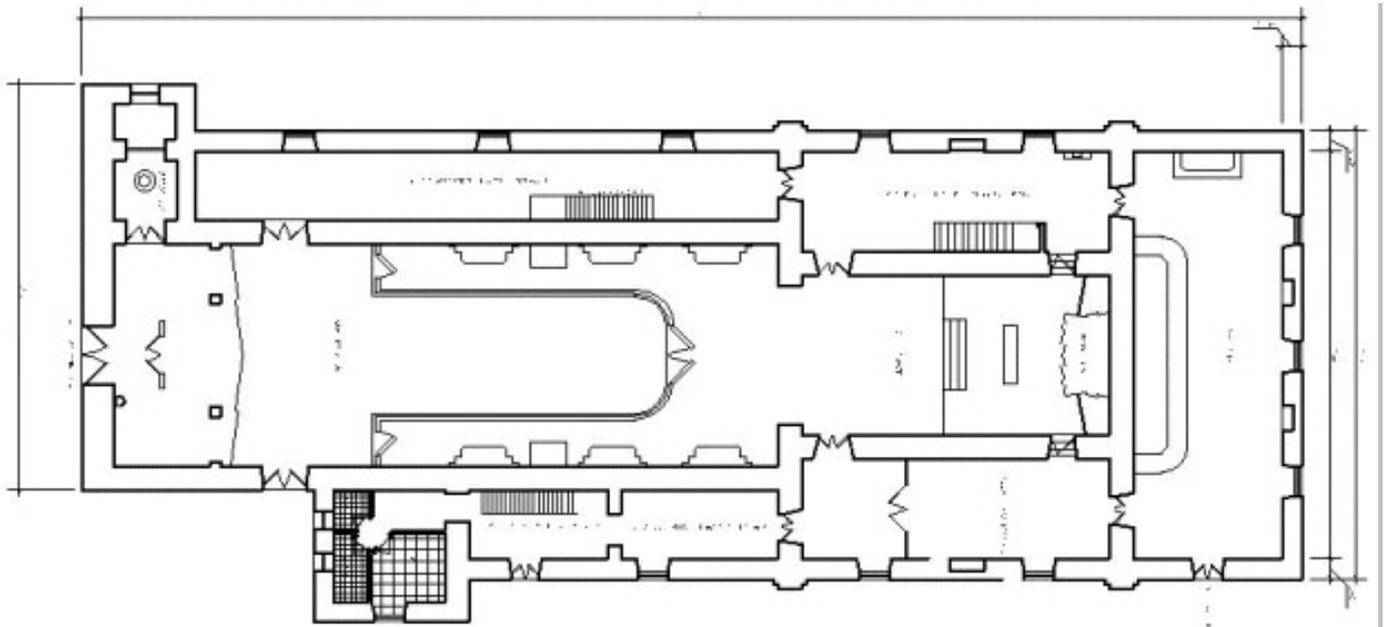
Ainda na nave central se verifica a existência de dois púlpitos e uma série de camarotes no segundo andar.

2 - Tipologia estilística:

O templo apresenta o estilo tradicional de arquitetura religiosa brasileira do século XIX, ao qual se mesclaram elementos que a tornam mais leve, como os vãos, que embora sejam de arco batido, apresentam bandeiras de vidro, trabalhadas, sobre vergas onduladas que se acentuam mais na fachada principal, onde a porta principal apresenta solução comum de dupla porta, sendo a externa em vidro e madeira. O frontão em leves volutas, a serralheira fina das janelas abalçoadas formam contraste harmonioso com os sólidos cunhais e cimalkas da construção. A sua torre, posterior à década de 1940, é desproporcional, contudo, as grandes proporções do templo e sua situação de conjunto, absorvem de alguma maneira o impacto. No seu interior, a talha dourada, trabalhada em temas barrocos (como rosáceas, folhas de acanto, laços e guirlandas) se alia à leveza do fundo branco. Uma balaustrada de jacarandá contorna grande trecho da nave, isolando-a dos altares e quebrando um pouco da amplitude do espaço interno.

3 – Tipologia Construtiva:

Construção original em pedra e barro. Piso da nave em mármore branco e preto (anteriormente em tábuas corridas). Pisos em cerâmica nas alas laterais e telhado reformado com telhas canal. Alas laterais – pisos em lajotas de barro. Telhado reformado em telhas canal.



Levantamento do imóvel realizado por Adailton Jorge da Silva e Gilson de S. B. Junior

1- Histórico da Propriedade:

1687 - *Antes dessa data, em meados do século XVIII já existia, no lugar chamado Bassuin ou Baçaí, atual São José de Imbassaí, uma igreja que servia de paróquia, sob a denominação de Nossa Senhora do Amparo (ou do Patrocínio, segundo alguns autores).*

1723 - *Em livro publicado por Frei Agostinho de Santa Maria, acerca das igrejas dedicadas ao culto de Nossa Senhora, há um interessante texto sobre a Igreja de Imbassaí, que transcrevemos, em ortografia atual, abaixo:*

“Em outro bairro do mesmo sítio da Lagoa de Maricá há... igreja dedicada à Mãe de Deus com o título de Nossa Senhora do Amparo, que é a paróquia do mesmo lugar e a freguesia de todos aqueles moradores da lagoa, que são muitos, e também dos que vivem em Ubatiba e todos tem muito grande devoção com esta Senhora, porque ela é o seu amparo e remédio; amparo em os defender de todos os perigos da alma e corpo e remédio, acudindo-lhes em todas as suas necessidades, o que fez como amorosa Mãe que é de todos os fiéis... Está esta Senhora colocada no seu altar-mor; é de escultura de madeira e estofada, tem o menino Deus sobre o braço esquerdo, com o ornato de manta de seda e coroa de prata e Menino resplendor. Os moradores de todo esse distrito são os que fazem todos os anos a festa da Senhora e no seu dia é muito grande o concurso de gente, porque todos desejam obrigar a esta Senhora, que o seu amparo e remédio.” Diz ainda serem estas notícias relatadas pelo Padre Frei Miguel de São Francisco.

Nota: A tradição da festa da padroeira ainda é seguida em Maricá, sendo feriado municipal, constituindo-se em atração, no dia 15 de agosto de cada ano. A imagem, contudo, não é a mesma, sendo a atual de mãos postas.

1755 - *Neste ano, foi criada, por Alvará, datado de 12 de janeiro, a paróquia de Nossa Senhora do Amparo, como freguesia perpétua, desmembrada da Paróquia de Santo Antônio de Sá.*

Com a Mudança do povoado para a outra margem da lagoa, devido à insalubridade, cogitou-se de construir um novo templo.

1788 - *Em 8 de dezembro, sob a iniciativa do Padre Vicente Ferreira Noronha, terceiro pároco da Igreja Nossa Senhora do Amparo, é lançada a pedra fundamental da nova Igreja.*

Não existe oficialmente nenhum documento que comprove a doação ou aquisição do terreno onde se ergue o templo. Segundo o pároco Paulo Batista Machado, estudioso da história de Maricá e autor de um livro sobre o município, a tradição conta ter sido doado com o assentimento da Assembléia Provincial, a qual tomaria a si, mais tarde, a conclusão das obras. Tal informação procede, pois, com a criação da vila, fora demarcado o terreno, o núcleo onde se localizaria a Casa de Câmara e a Igreja. Esta, já existindo na ocasião (1814), facilitaria a escolha do local, ficando a área da praça reservada para núcleo da vila.

1802 - *Neste ano é rezada pela primeira vez, missa na igreja, deduzindo-se que a mesma já estivesse acabada ou quase. Existe a seguinte inscrição no teto da sacristia: “Em 8 de dezembro de 1788 lançou-se a primeira pedra desta Igreja. E em 15 de agosto de 1802 foi benta e para ela translada Nossa Senhora”.*

1817 - *Na primeira edição de seu livro “Corografia Brasilica”, seu autor, Aires de Casal, ao mencionar Maricá, cita com muito acerto: “...uma igreja matriz de invocação de Nossa Senhora do Amparo, que é o melhor templo da província, depois de excetuarmos alguns da metrópole.”.*

1843 - *No item “Culto Público” de seu relatório, o presidente da Província João Caldas Viana, refere-se à matriz: “Mandei orçar a despesa com a conclusão da Matriz de Maricá, e reparos no que já está feito, mas em estado de deterioração; e diminuir o risco atual que é demasiadamente vasto em proporção da Villa, o que se pudesse tirar, sem desarmonizar o seu todo. Consta-me que há uma subscrição de cerca de ... 9.000\$000, que pretendo coadjuvar com a consignação de 600\$rs mensais... Tenho escolhido um administrador cheio de fervor religioso e de zelo”.*

2 - Histórico Arquitetônico:

- 1844** - No ano seguinte, em novo relatório, João Caldas Viana informa: “A majestosa Matriz de Maricá tem consignação mensal de um conto de réis – sendo seiscentos mil réis pelos cofres públicos e quatrocentos pelo produto de uma grossa subscrição que foi agenciada para a continuação da obra.”. O administrador nomeado para a obra foi o fazendeiro João Nunes da Cruz Pombo e os trabalhos prosseguiram regularmente, tendo sido nesta ocasião, concluídas as alas laterais.
- 1896** - Em seu trabalho “Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brasil”, Alfredo Moreira Pinto cita, no tocante a Maricá: “...a igreja matriz, vasto e espaçoso templo, infelizmente ainda não concluído, faltando um dos consistórios e as torres.”
- 1922** - Segundo foto da época, publicada no “álbum do Estado do Rio de Janeiro” – Por ocasião do Centenário da Independência, o campanário então existente na igreja era do mesmo lado que o atual, mas de pouca altura.
- 1948** - Já nesta data, o campanário estava transformado em torre, acrescido de três metros (segundo informações do pároco Paulo Batista Machado).
- 1948-1952** - Por iniciativa do então Vigário, Cônego Joaquim Antonio de Carvalho Batalha, uma grande reforma foi iniciada, com a autorização de D. José Pereira Alves. O responsável pela restauração foi o professor Adail Bento Costa, que veio de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Consistiu no seguinte: levantamento da torre por mais 14 metros, dando-se a configuração que aparece até hoje; concluiu-se a adaptação da ala direita para Casa Paroquial, construindo-se no andar de cima dois quartos e no de baixo, um pequeno puxado com sala, banheiro e pequena cozinha. Retiraram-se altares, quadros e imagens. O custo, na época, foi de um milhão e quarenta e seis mil cruzeiros. Construção de muro de arrimo circundando o adro.
- 1977** - Por iniciativa do Vigário, Padre Paulo Batista Machado, foi executada a reforma do telhado e feita pintura externa, através de ajuda da comunidade e da Organização Católica Alemã Adveniat, colaboradora dos empreendimentos da Igreja Latino-Americana. Valor da reforma: 250 mil cruzeiros.”
- De 1977 à atualidade** – Daquela data até hoje a matriz sofreu pequenas intervenções que basicamente consistiram na reforma do batistério, com inclusão de vitrais, troca de piso em alguns ambientes (ala de acesso a sacristia) e transformação de parte da ala esquerda, que dá acesso a parte que foi acrescida na reforma de 1948, em capela do Santíssimo. Tal transformação se configurou com a colocação de uma divisória de madeira e vidro.
Atualmente está em curso a reforma dos banheiros da ala acrescida em 1948. A obra consiste na troca dos pisos e azulejos e substituição das aduelas e portas.



Vista das fachadas principal e lateral. Foto Adailton Jorge da Silva



Foto tirada do coreto da igreja com a vista da nave principal. Fotos Werther Holzer



Detalhe do teto da sacristia.



Foto do salão nobre.

Foto Werther Holzer



Panorâmica do entorno da Igreja Matriz década de 70 do séc XX. Notam-se ainda os prédios da Biblioteca e do Colégio São Caetano (Atualmente demolidos)
Foto da capa do livro "Maricá, Meu Amor"



Detalhe da Capela-mor.

Foto Werther Holzer



Vista da Fachada Principal. Anterior a 1948 (acervo IPHAN)



Vista do largo em frente a igreja, com o casario anterior a 1948 e o Império, casa que servia para os leilões das festas. À esquerda observa-se parte do coreto. (foto acervo IPHAN)



Foto Arquivo INEPAC

Pertences:

Altar-mor em madeira pintada de branco e dourado, estilo de transição do barroco para o neoclássico. É de se ressaltar o baldaquim de madeira talhada que o encima, caindo à madeira de pesada cortina sobre os lados do altar. Sob o dossel fica a imagem de Nossa Senhora do Amparo, em madeira policromada, de mãos postas e tendo à cabeça, pesada coroa de prata. Ainda no altar-mor: imagem de São Miguel Arcanjo, em madeira, imagem de São Benedito, também em madeira, quatro castiçais em madeira trabalhada, um crucifixo em madeira e ouro.

Dignas de nota, existem em seus altares laterais, todos seguindo o mesmo estilo do altar-mor, em versão mais simples: imagem de Nossa Senhora das Dores, imagem de Santo Antonio (sem o Menino) e imagem de São João Batista.

Na ala esquerda da Igreja está localizada a “Galeria da Semana Santa”, onde, como diz o nome, estão as imagens e objetos de cultos relativos a este período do calendário cristão, tais como: Conjunto do Calvário – formado por figuras em tamanho natural e composto por um Cristo Crucificado, uma Nossa Senhora das Dores e um São João Evangelista, sendo estas duas últimas, Imagens-de-vestir, com cabeleiras naturais. Segundo informações do atual Vigário, o conjunto foi trazido à Maricá pelo prof. Adail Bento Costa, por ocasião da restauração de 1952. Pareceu-nos incomum, na região, tal tipo de imagem, assim como outra, um Senhor dos Passos, carregando a cruz e uma imagem do Senhor Morto, existentes na mesma ala. Como o prof. Adail reside no sul do país, não foi possível obtermos informações sobre o lugar de origem das peças.

Além das imagens, na mesma galeria encontram-se:

- 3 portas-lança em madeira pintada;
- 4 lanças porta andores para procissão;
- 2 cruzeiros processionais em estilo antigo, trabalhadas, para abertura de procissões;
- 6 ponteiros de madeira escura, envernizada e trabalhada, para procissões.
- 8 tocheiros em madeira escura, envernizadas, com vidro e filetados a ouro;
- 3 grandes urnas em preto e dourado, sendo uma para velórios.

Outras alfaias de propriedade da igreja:

- 2 imagens do Divino Espírito Santo em prata;
- 1 coroa de prata.

Mobiliário:

- Arcaz de sacristia – peça de grandes proporções, medindo 8,40 de comprimento por 1,43 de largura;
- Confessionário estilo rococó ostentando os dizeres “Morte e Juízo, Inferno e Paraíso” talhados numa das janelas;
- 3 arcas antigas em madeira escura, envernizada, sendo 2 altas e 1 que serve de banco;
- Conjunto de sala colonial em palhinha, composto de sofá e 15 cadeiras, e mesa oval de centro, com pés em pata de leão;
- Mesa em branco e dourado, semicircular, incrustada na parede, acompanhada de espelho oval;
- Sete armários embutidos nas paredes, com portas almofadadas e pintadas de verde, com as esquadrias de madeira da Matriz;
- Pia de mármore.

Quadros:

- Grande quadro a óleo representando São Miguel Arcanjo e as almas no purgatório;
- Andor antigo de procissão, pintado o rosto de Nossa Senhora das Dores.

Outras imagens dignas de menção:

- Santa Luzia – Terracota policromada, sob pedestal de madeira pintada com delicados motivos. Existe outro pedestal ou coluna semelhante, tendo, porém, desaparecido há alguns anos, a antiga imagem de S. Joaquim que o encimava. (substituída atualmente por um São Cristóvão de gesso).” (Simão, Maria Tereza de Biase. Vistoria para levantamento dos bens imóveis de valor histórico e artístico existentes no município de Maricá. Rio de Janeiro, INEPAC, 1979.)

No que se refere aos pertences citados, é importante assinalar que atualmente a descrita área denominada “Galeria da Semana Santa” não se encontra composta conforme descrição. Também não foi possível a localização de vários dos elementos descritos à época do levantamento feito pelo INEPAC.

O trabalho de campo, os personagens dos Caminhos do Sal

*"O passado nos rodeia e nos satura; toda cena, todo relato, toda ação possui um conteúdo residual de tempos antigos. Todo o conhecimento do presente está fundamentado em percepções e ações passadas; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um desjejum, uma mensagem, porque nós a conhecíamos ou a experimentamos anteriormente."*⁵

Esta frase pode ser considerada uma inspiração para o trabalho realizado em campo. Os vestígios materiais da cultura que se procurava, eram como observa Lowenthal, artefatos, mas eram também história e memória.

O passado pode ser inventariado a partir dos vestígios arquitetônicos. A paisagem está repleta de artefatos. Ela própria é uma composição e justaposição de artefatos, que são repositórios de história e também de memória.

Para a pesquisa de campo a história foi uma fonte preciosa. Ela pode informar sobre a paleopaisagem, cuja estrutura se mantém, possibilitando identificar os vestígios materiais que fazem parte da memória do local. Descrições como a de Soares de Sousa⁶ são ricas pela maneira elegante e sucinta como registra a paisagem e os primórdios da ocupação européia na região dos Caminhos do Sal:

"O Cabo Frio está em vinte e três graus; o qual parece, a quem vem do mar em fora, ilha redonda com uma forcada no meio, porque a terra, que está entre o Cabo e as serras, é muito baixa, e quando se vem chegando a ele, aparece uma rocha com riscos brancos, por onde é muito bom de se conhecer... Perto do Cabo estão umas ilhas, no meio das quais é limpo e bom porto para surgirem as naus de todo porte, ... Duas léguas do Cabo da banda do norte está a Baía Formosa, e defronte dela ficam as ilhas, e entre esta baía e as ilhas há bom surgidouro. No fim desta baía para o norte está a casa de pedra, perto da qual há um rio pequeno, que tem de fora bom surgidouro, e de dez até quinze braças de fundo, afastado um pouco de uma ilha que está na boca da baía. ... Costumavam os franceses entrar por este rio pequeno a carregar pau brasil, que traziam para as naus que estavam surtas na baía ao abrigo das ilhas. por esta baixa entra a maré muito pela terra adentro, que é muito baixa, onde de 20 de janeiro até todo o fevereiro se coalha a água muito depressa, e sem haver marinhas, tiram os índios o sal coalhado e duro, muito alvo, às mãos cheias, de baixo da água, chegando-lhe sempre a maré, sem ficar nunca em seco ".

⁵ LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

⁶ SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. S. Paulo, Cia. E. Nacional, 1938

Aqui a história cumpre o seu papel, a de informar no momento atual, das principais referências que o passado nos legou. Matéria-prima que se utiliza na forma de texto e de material iconográfico e cartográfico.

No entanto, em muitos momentos de campo, foi a **memória**, consubstanciada em figuras da comunidade, que nortearam e forneceram material para a pesquisa. A informação oral foi, em muitos casos, decisiva para que se identificassem vestígios materiais importantes perdidos em pontos remotos dos caminhos trilhados. Como os antigos viajantes e cronistas, seguiu-se um roteiro pré - estabelecido, mas modificado na medida em que as informações colhidas ao longo das excursões enriqueciam o conhecimento da região.

Morro Grande, São Vicente, são muitos os caminhos que serpenteiam entre as suaves colinas. Nas áreas mais baixas, brejos ou pequenas lagoas anunciam um sistema de drenagem complexo, que corre para a bacia do rio São João, originando a lagoa de Juturnaiba. Na vertente para a lagoa de Araruama, como já observava Lamego⁷, poucos cursos d'água e nenhum significativo, daí sua maior riqueza: o sal.

Esta paisagem está pontilhada de antigos vestígios de fazendas - Aurora, Morro Alegre, Figueira, Lagoa Preta,..., implantadas nas suaves encostas das colinas, próximas aos pequenos córregos e lagoas que anunciam água farta para as propriedades. Existe um caminho, para o qual fluem todas as pequenas e precárias estradas, é a estrada que liga Cabo Frio a Silva Jardim, antiga Capivari, e dali, pela planície do Macacú a baía de Guanabara. Segundo seu Manoel, antigo morador de São Vicente, este caminho tem mais de quatrocentos anos e por ele se contrabandeava o sal para a Corte, na época do monopólio, por ele se expandiu à cultura do café, que viabilizou economicamente a criação do município da Araruama, onde antes havia apenas pequenos portos particulares que escoavam a produção das fazendas.

Estes caminhos do interior de Araruama, que se estendem pelas planícies pantanosas de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Armação dos Búzios, também foram caminhos do sal. Nesta grande planície limítrofe ao curso inferior do rio São João, grandes propriedades, da qual Campos Novos é o melhor exemplo, ocupavam as poucas elevações de uma área árdua para o cultivo, onde a pecuária, como na restinga, se apresentava como vocação natural.

Com os olhos dos viajantes do passado, as trilhas dos caminhos do sal foram percorridas, atentos para as marcas gravadas na paisagem - as colinas, as palmeiras imperiais, pequenas e raras reservas florestais, pomares,



Fazenda Morro Alegre em Araruama.



Fazenda Lagoa Preta em Araruama.

⁷ LAMEGO, Alberto R. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1946.

chaminés de antigos engenhos, todos esses elementos poderiam indicar vestígios importantes. Na leitura dessas paisagens, foi fundamental contar com a memória viva de vários personagens, que como atores de sua própria história, foram sendo entrevistados.

Sylvio Vasconcellos, advogado, filho de uma das mais antigas e tradicionais famílias de Araruama, reside na casa mais antiga do centro urbano, casa com características de propriedade rural, onde residiu seu avô, Bernardo de Vasconcellos, político importante do Império e da República. Nesta casa está guardada boa parte da memória de Araruama: fotos, livros, documentos e histórias que permitem a reconstituição da vida das famílias nos antigos casarões das fazendas, sobre os quais fala com paixão e detalhes.

O advogado possui um acervo, e uma memória, que o tornam o maior conhecedor da história da cidade e de suas personalidades notáveis. A partir de seu livro “Apontamentos sobre Araruama”, e das fazendas localizadas pela carta do IBGE/1938, foi feita uma “varredura” em todo o interior de Araruama.

Igualmente importante, mas retratando uma experiência de vida totalmente diversa, foi o testemunho de Dona Fredevina Joaquina de Sá, uma senhora de cento e seis anos. Antiga moradora do bairro de Parati, neta de escravos, mãe de “Dona Maria da Cabeça Branca”, rezadeira extremamente popular.

A equipe gravou uma entrevista com D. Joaquina, *constatando que além da aparência física, a sua lucidez e a memória sugeriam uma idade bem menor. Nesta entrevista, fala daquele local onde “me criei, me casei e criei os meus dez filhos”, da vida difícil “de enxada, na roça dos outros”, trabalhando “do pontar do sol ao nascer do sol... mais a gente tinha a roça da gente, plantava milho, feijão, criava galinha ... só comprava mesmo era carne, sabão, querosene”. Dona Joaquina conta também, “das madamas que andavam em carro de boi”, do sal que era buscado “do outro lado da lagoa e trazido em canoa pra essas bandas”, ou que simplesmente era trazido por quem trabalhava nas salinas, e do trem que a levou até Bacaxá, em Saquarema, com seu carro de passageiros e o de carga que transportava mantimentos, “depois ele ia pro Rio ...mas antigamente a gente ia de um lugar pro outro mesmo, era de pé”.*

A localidade de Parati, onde se situava a Fazenda Parati, que posteriormente foi desmembrada, deu origem, entre outras, à Fazenda Monte Belo, pertencente ao Barão de Monte Belo, para quem a avó de D. Fredevina trabalhou como escrava. A Fazenda Parati, que hoje abriga as ruínas de um casarão de 1920, em meados do século passado foi subdividida dando origem não só ao bairro de Parati, como a outros da parte central da cidade. Dessa fazenda, existem referências cartográficas, datadas do séc. XVII, como núcleo

do povoamento inicial de Araruama. Lamego⁸ a identifica como o ponto inicial da colonização de Campos.

Nas fazendas, poucas vezes a recepção deu-se de modo hostil - encarregados, caseiros, e até proprietários se mostraram solícitos em abrir a propriedade e narrar suas histórias, informações que muitas vezes não puderam ser confirmadas a partir de fontes documentais.

Destas se destaca a simpática D. Maria Nízia Mello, proprietária da **Fazenda Figueira**, que além de franquear o acesso ao interior da casa, narrou diversos episódios que ocorreram ali. A fazenda tem como sede um prédio em estado precário, com características setecentistas, na qual a proprietária reside com filhos e netos. Modesta professora de ensino médio, pessoa de certa idade, relatou orgulhosa, que ali nasceu, assim como sua avó e bisavó. Segundo ela, nesta casa pousaram D. Pedro II e a Princesa Isabel, quando passaram por Araruama. Como prova de sua história, num mergulho no tempo e valorizando a tradição dos antepassados, exibiu documento que atesta que a família é proprietária da fazenda desde o ano de 1600.

Para reconstituir o papel importante dos portugueses na implantação das salinas da região, recorreu-se ao relato de proprietários e trabalhadores. O Sr. José Maria de Mattos, falou sobre o seu avô e seu pai, da família Mattos, vindos, como outros, no final do século XIX e início do século XX, de Setúbal, região salineira de Portugal. Três gerações viveram em função da salina São João, em São Pedro da Aldeia, que hoje possui área de lavra bem inferior à do século passado.

Esta salina é única, pois guarda o vestígio da Fazenda São João, onde ao longo do século XIX se cultivou a cana-de-açúcar. Desta fazenda restam em estado de ruínas o prédio da sede e as terras, parte delas utilizadas para a implantação da salina.

Pessimista quanto ao futuro da atividade salineira na região, o Sr. José Maria se mostrou bastante temeroso quanto ao destino de sua salina, do qual é co-proprietário seu irmão, Sr. Jacir de Mattos. Segundo o relato eles a mantêm muito mais em respeito à tradição familiar, do que pelo lucro que é auferido. Temem que na próxima geração, de seus filhos, essa tradição seja quebrada em função do visível desinteresse dos mesmos pela manutenção daquela atividade. Falou, naturalmente muito saudoso, dos áureos tempos do sal em meados do século passado, quando a atividade de extração do sal era bastante lucrativa.

Atualmente, principalmente em função das “leis sociais” que oneram os custos operacionais de produção, a salina é custeada por atividade de outra natureza pelos dois irmãos. Ele não vê, num curto prazo, a possibilidade



Fazenda Figueira em Araruama.



Fazenda Figueira em Araruama.



Vestígio da Fazenda São João.

⁸ LAMEGO, Alberto. Obra Citada.

de revitalização da produção salineira na região, principalmente em função da falta de apoio do poder público e, do quadro político local, que não defende tais interesses. Queixoso, reclama por terem eleito vários políticos, em âmbito estadual e federal, que não apoiam as suas demandas.

Aspecto muito importante dessa salina, é a beleza cênica que proporciona da parte mais elevada da propriedade - na área plana, fronteira à lagoa de Araruama, da qual está separada pela rodovia Amaral Peixoto, descortina-se a salina com seu traçado geométrico e os vestígios da antiga fazenda de açúcar; mais adiante, são visíveis os loteamentos e a cidade de São Pedro às margens da Lagoa, e no horizonte delinea-se a restinga de Massambaba. Na pequena elevação que domina a salina, estão as casas dos proprietários que retratam diversos períodos da arquitetura do século XX.

De todas as salinas registradas, esta é sem dúvida uma das mais bem localizadas. Além de situar-se às margens da RJ- 106, dista cerca de 1.500 m do centro de São Pedro da Aldeia. Havendo a possibilidade de se criar um Museu do Sal, este seria o lugar mais indicado para sua implantação.

Em São Pedro D`Aldeia, localiza-se também a salina pertencente à Família Yamagata, integrante das Industrias Yamagatha Ltda, em grande parte desativada e, visivelmente, à espera do desmembramento de suas terras, provavelmente para a implantação de novos loteamentos, considerando estar a menos de um quilômetro do centro. A área de extração atual situa-se sobre uma antiga salina tupinambá, sendo dramático perceber a relação entre a decadência dessa atividade e a descaracterização dessa paisagem típica do cenário natural, que vem sendo substituída pela arquitetura dos condomínios de veraneio que proliferam na região.

A peculiaridade da Salina Yamagata é a sua longevidade. Anteriormente denominada Mossoró, foi convertida aos métodos extrativos atuais em 1870, pelo engenheiro francês Leger Palmer, que a rebatizou de Apicuz, denominação dada pelos índios que a utilizavam. Em 1935, a salina passa a pertencer a senhora Noby Yamagata, a Nova Mossoró, em área contígua à Missuri Yamagata. Foi a primeira geração a explorá-la e atualmente a propriedade passa da terceira para a quarta geração.

Segundo o relato apaixonado do encarregado responsável, a área de lavra está reduzidíssima em relação a área explorada na época de Noby. O maior trecho encontra-se desativado e uma boa parte do que é explorado esta sob responsabilidade do grupo “Sal Cisne”, que a arrendou. Segundo seu depoimento, tudo indica que a família já não tem o mesmo interesse pela atividade extrativa, e a tendência seria incorporá-la a um empreendimento mais lucrativo.

Na preservação da história das salinas, destaca-se o trabalho que está sendo desenvolvido na Escola Municipal de Ponta do Capim, em Praia Seca,



Salina São João – São Pedro da Aldeia

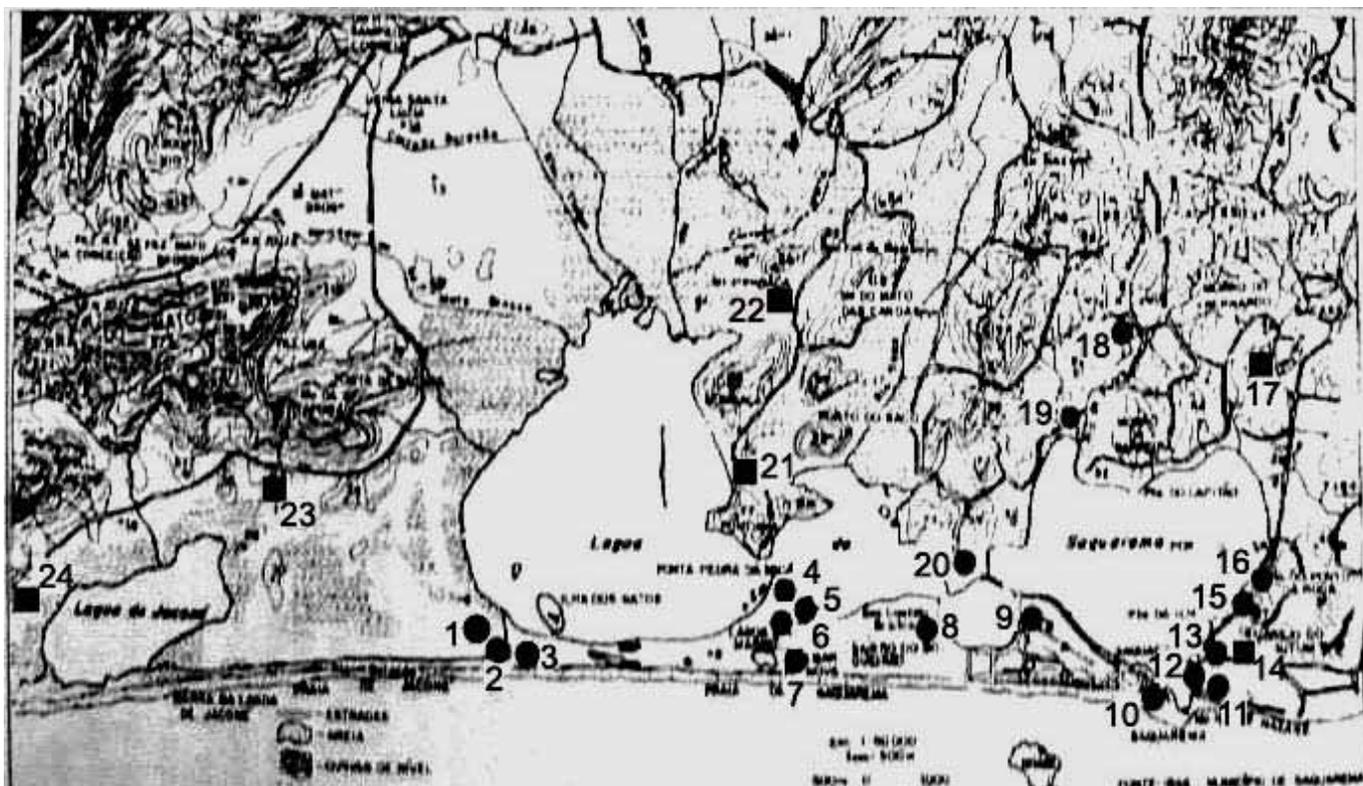
Araruama, pelo corpo docente e a direção, onde os alunos são agentes de recuperação dessa memória, a partir do envolvimento da comunidade no levantamento dos testemunhos, documental e oral, relativos à extração do sal na região. Um dos desdobramentos é a formação de guias turísticos mirins, onde as crianças da escola, que são filhos dos trabalhadores das salinas, aprofundam seus conhecimentos sobre o tema e passam a divulgar e oferecer aos visitantes, roteiros que valorizam a paisagem e a cultura local. Trata-se de um trabalho de afirmação da identidade e auto-estima da comunidade dos salineiros, que poderia ser tomado como modelo para as demais escolas da região.

De igual importância, é o trabalho desenvolvido na Escola Municipal Honorino Coutinho, em Morro Grande, Araruama, que possui um sítio cerâmico, já escavado, em sua área. Este trabalho ressalta o fato de Morro Grande estar assentado sobre um arqueológico datado de 1800 anos AP, que abrigava grupos da nação Tupinambá, estimada em cerca de 75.000 índios. A nossa pré-história indígena, suas tradições e costumes, é tema das festas escolares e do programa curricular. Também é valorizada a paisagem natural, a flora e a fauna, com a criação na área da escola de um parque plantado com espécies nativas. Uma réplica de habitação indígena recebe a visita das escolas, inclusive de outros municípios, onde estão expostos artefatos e documentos do sítio escavado pela equipe de arqueologia do Museu Nacional, dirigidos pela arqueóloga Ângela Buarque.

Outro exemplo a ser seguido, quanto à demarcação e preservação de sítios arqueológicos, é o Sambaqui da Beirada, em Saquarema. Franqueado ao público, de acordo com a concepção exemplar da falecida arqueóloga Lina Kneip, é dotado de um *Centro para Visitação* cuja infraestrutura permite desempenhar a função de divulgar a importância daquele local, que guarda as evidências mais antigas da presença humana na região.

Caberia instalar nas estradas e rodovias, em parceria com as prefeituras municipais, um sistema de placas informativas e de sinalização, que indicassem com clareza o roteiro de chegada ao local, incluindo a visita de outros tantos sítios remanescentes situados na proximidade, integrando-os a um único circuito turístico e cultural.

Sítios Arqueológicos do Município de Saquarema – RJ



Fonte: Centro de Visitação do Sambaqui da Beirada, Araruama.

- | | |
|-----------------------------------|--|
| 1. Sambaqui de Jacaré | 14. Sítio Cerâmico Bravo (*) |
| 2. Sambaqui de Manitiba II | 15. Sambaqui Porto da Roça I |
| 3. Sambaqui de Manitiba I (#)(*) | 16. Sambaqui Porto da Roça II |
| 4. Sambaqui de Mário Nunes | 17. Sítio Cerâmico Mendonça dos Santos |
| 5. Sambaqui da Pontinha | 18. Sambaqui da Madressilva (*) |
| 6. Sambaqui da Beirada (#)(*) | 19. Sambaqui da Barreira |
| 7. Sambaqui João Alves Muniz | 20. Sambaqui do Saco (*) |
| 8. Sambaqui do Boqueirão | 21. Sítio Cerâmico Mombaça I |
| 9. Sambaqui Ponte do Girau | 22. Sítio Cerâmico Mombaça II |
| 10. Sambaqui de Saquarema (*) | 23. Sítio Cerâmico Barroso |
| 11. Sambaqui Rio Salgado | 24. Sítio Cerâmico do Campo |
| 12. Sambaqui Hotel Yatch Club (*) | 25. Sambaqui do Canal de Jacaré |
| 13. Sambaqui do Moa (*) | |

Sambaquis ● Sítios Cerâmicos ■

Sítios Pesquisados (*) Praça Municipal (#)

Sobre a Casa da Flor, bem cultural protegido pelo tombamento estadual tendo em vista o caráter absolutamente inusitado de sua construção, feita de restos de materiais encontrados no lixo, cacos de vidro e dos sonhos e criatividade de Gabriel Joaquim dos Santos, ex-trabalhador das salinas, tudo que já foi dito é pouco, perto da experiência de adentrá-la, com sua escala diminuta, seu lirismo, sua arquitetura orgânica, visceral e fantástica. Segundo depoimento de Valdevir Soares dos Santos, sobrinho-neto de Gabriel, o responsável pela manutenção do monumento e pela condução dos visitantes, quem mais se encanta com a casa são as crianças.

Igual destaque merece a Casa do Azulejo, também em São Pedro D'Aldeia. Documentada fotograficamente por Lamego, em 1946, atualmente está à venda, correndo o risco de não ser preservada como deveria, a altura do seu mérito arquitetônico, tão bem integrada a escala urbana do antigo sítio histórico, com suas fachadas externas totalmente revestidas de azulejos, tendo aos fundos a Lagoa de Araruama.

Referência especial deve ser feita àqueles pesquisadores e representações comunitárias locais, que lutam pela preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e natural da região, como a organização não governamental A Teia, que promoveu importante seminário sobre o patrimônio da Região dos Lagos e a AMA Cabo Frio, responsável por outro seminário recente onde foi discutido o destino das salinas.

De todas as participações de apoio ao trabalho de campo, a mais importante foi, sem dúvida, a de *Rosimere Damaceno*, moradora de Cabo Frio, profunda conhecedora da história social e cultural do município, que acompanhou às visitas nas salinas, aos sítios arqueológicos e vestígios arquitetônicos de Cabo Frio, contribuindo com a sua memória pessoal e sensibilidade, além de disponibilizar para consulta, o seu arquivo particular de fotos e documentos.

Em Arraial do Cabo, fez-se contato com o Sr. Reinaldo Martins Filho, filho da terra, tido na cidade como "a pessoa que sabe tudo sobre Arraial" e identificado como profundo conhecedor da história local. Em sua residência há uma espécie de "gabinete de curiosidades" onde reúne uma variedade de objetos, tais como material lítico, restos de naufrágios, fotos, documentos, livros, enfim, um acervo pessoal através do qual relata, a sua maneira, as histórias familiares e da região.

Em Saquarema e em Iguaba Grande o trabalho de campo foi dificultado, pela impossibilidade de encontrar as pessoas indicadas previamente como sendo as conhecedoras da história local, além de se constatar a inexistência de material técnico e informativo institucional que pudesse ser utilizado como referência.



Vista posterior da Casa da Flor – São Pedro da Aldeia.



Casa do Azulejo – São Pedro da Aldeia.



Casa do Azulejo – São Pedro da Aldeia.

Em Maricá, o conhecimento profundo dos componentes da equipe foram valiosos, no entanto, não se conseguiu abrir as portas de fazendas como a Coqueiro, Pilar, **Rio Fundo ou Bananal**, para proceder aos trabalhos de inventariação. Por outro lado, relatos dos moradores mais idosos da cidade, trouxeram a tona lembranças bem vivas da época áurea da antiga Estrada de Ferro Maricá, orgulhosos de um dos capítulos mais importantes e significativos de sua história.

A pesquisa sobre os caminhos de ferro, entrelaçados com os caminhos do sal, confrontou dados históricos com a memória dos velhos ferroviários, como o Sr. Argílio Rodrigues Gomes da Silva, 78 anos, natural de Ponta Negra, que exercia o cargo de fiscal de linha, o que o obrigava, muitas vezes, a ir de bicicleta até Cabo Frio. Em entrevista à revista “Maricá Já”, diz o seguinte:

“O trem carregava sal de Cabo Frio, São Pedro e Araruama; açúcar do engenho de Sampaio Correia; e muito camarão e peixe em caixas com gelo e produtos como banana, laranja, verduras e legumes plantados em Maricá...Inventaram que o trem não podia mais vir a Maricá devido a uma enchente, que segundo eles havia destruído os trilhos ...o povo foi contra, mas os grandes queriam e eles que sempre tiveram a razão, porque o pobre sempre leva desvantagem ... porque o pessoal de Jacomé, Bananal e Manoel Ribeiro não tinha estrada, o único caminho e meio de transporte era a Estrada de Ferro, porque naquele tempo só existia o trem.”⁹

Igualmente significativos, são os vestígios das antigas fazendas em Maricá, que atualmente são em número bem reduzido, mas que curiosamente, em comparação as demais que integram os Caminhos do Sal, se encontram em bom estado de conservação.

Sem o auxílio da memória individual e coletiva e da boa vontade dos personagens citados, funcionários e técnicos dos mais diversos setores das prefeituras municipais, representantes de organizações não-governamentais e de muitos colaboradores anônimos que prestaram todo tipo de informação em campo, não teria sido possível reconstituir e construir os tantos roteiros culturais que compõem os Caminhos do Sal.



Fazenda Bananal - Maricá.

⁹ WASHINGTON Quá-Quá, Roberto Monteiro, A magnífica história do trem em Maricá, Revista Maricá Já, nº 13, Ano 3, junho/agosto de 2003

BREVE HISTÓRICO

povoamento da região

Os primeiros ocupantes

A ocupação da região dos Caminhos do Sal deu-se anteriormente aos europeus por diversos grupamentos distintos, e os vestígios dessas sociedades primitivas encontram-se materializados nos testemunhos dos sítios arqueológicos pré-cerâmicos, sambaquis e sítios cerâmicos que se espalham às margens das lagoas, rios, praias, de extrema relevância para a história local e nacional.

*"As primeiras civilizações conhecidas que ocuparam a faixa litorânea brasileira tiveram seus sítios datados em torno de 8.000 A.P. Por esta época o nível do mar era consideravelmente mais baixo que o atual (- 20 m), o que praticamente inviabiliza a pesquisa em locais onde a datação poderia ser mais antiga. Segundo Guidon (1992) só puderam ser explorados sítios situados sobre dunas ou afastados da costa, na borda de mangues ou lagoas."*¹⁰

Mendonça de Sousa¹¹ traça um quadro da ocupação do litoral do Estado do Rio de Janeiro, a partir das regressões e transgressões marinhas, para grupos não cerâmicos: o *fácies arcaico* (8.000 a 4.200 A.P.); o *fácies médio* (4.200 a 2.700 A.P.); o *fácies recente* (2.500 a 1.500 A.P.); todos ligados principalmente a atividade de coleta de moluscos e com tecnologia limitada a indústria de artefatos líticos. Ainda segundo Mendonça de Sousa, o primeiro grupo de tradição cerâmica a surgir na Região Sudeste teve seus vestígios datados em 1.500 A.P., enquanto para o litoral do Estado do Rio de Janeiro foram encontrados sítios de 1.100 A.P. Estes sítios são atribuídos ao grupo Macro-Jê, caçadores-coletores, que eventualmente eram atraídos ao litoral.

Os sítios cerâmicos Tupis são bem mais recentes - Poço das Pedras, no litoral fluminense, foi datado por Beltrão¹² por volta de 400 D.C., tendo sido construído sobre camada inferior atribuída a outra civilização. Como aponta Dean¹³ esses primeiros agricultores, do grupo Jê, foram varridos pelos Tupis, que migraram de algum ponto ainda controverso, mas que ocuparam efetivamente o litoral brasileiro até quinhentos quilômetros do litoral marítimo, onde mais de mil sítios já foram encontrados.



Paisagens típicas de ocorrência de sambaquis.
Canal do Itajurú e Ponta da Barra da Lagoa de Araruama.

¹⁰ HOLZER, Werther. *Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1998.

¹¹ MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo A. C. Povoamento pré-histórico do litoral do Rio de Janeiro: repensando um modelo. In: Beltrão, M. (org.) *Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, Arquivo Público do Estado/Secretaria de Estado de Justiça, 1995. P. 69-78.

¹² BELTRÃO, Maria C. M. C. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Forense Universitária/SEEC - RJ, 1978.

¹³ DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Foram com estes habitantes que os portugueses se depararam ao chegar ao litoral Região dos Lagos. Importante ressaltar que na área objeto de estudos se encontram vestígios, já explorados, desde o *fácies arcaico*, em Saquarema, até a época mais recente de contato com os europeus.

A região dos lagos fluminenses apresenta peculiaridades fisiográficas, que a caracterizam como uma unidade geológica, sendo o ambiente natural escolhido pelos nativos como habitat imprescindível a sua sobrevivência, e assim descrita:

*"... presença de serras e espigões que as delimitam e as seccionam e existência de restingas ou planícies costeiras arenosas, mais ou menos paralelas à praia. Em relação à restinga, o aspecto é quase sempre o mesmo: existência de dunas formando-se paralelamente à costa e constituindo cordão de dunas costeiras; existência de grandes lagoas localizadas à retaguarda das praias, destacando-se feições atuais e sub-atuais que nelas se repetem tais como esporões e praias; penetração de água do mar e saída de água oriunda do continente através de canais localizados nas extremidades das baixadas, que ligam lagoa e mar, e eventuais rompimentos de barra que permitem um contato mais amplo entre o mar e as lagoas."*¹⁴

Por 3.000 anos, populações humanas sucessivas percorreram este litoral fixando-se temporariamente nas proximidades das lagoas e do mar. Em pequenos grupos familiares viviam sobretudo da pesca e da coleta, animal e vegetal. Não conheciam a agricultura e o fabrico de cerâmica, mas utilizavam canoas para transportar a matéria-prima lítica necessária às lâminas de machado, batedores e almofarizes, além do mexilhão coletado na praia e para auxiliar a pesca.

Confeccionavam armas, adornos e instrumentos de pedra e de dentes de animais, conchas de moluscos e outros materiais há muito desaparecidos. Com as próprias mãos ou um simples pedaço de madeira coletavam moluscos e crustáceos. Com flechas, lanças, e provavelmente redes, usando muitas vezes armadilhas, pescavam o bagre, a corvina e o robalo, que eram mais consumidos. Com pontas feitas de ossos de animais, além de técnicas diversas de captura, caçavam mamíferos terrestres como a anta, o veado, a onça, o macaco, o porco-do-mato e o coelho-selvagem.

Construíam habitações temporárias, acendiam fogueiras para a cocção de alimentos, fonte de calor e iluminação, sepultando os mortos segundo rituais próprios. As práticas funerárias evidenciadas no Beirada, em Saquarema, mostram as diferenças de status existentes nas sociedades pré-históricas, bem como a preocupação do homem com a morte. Corantes



Vista parcial do material em exposição no sambaqui da beirada

¹⁴ KNEIP, Lina Maria. *Pescadores e Coletores Pré-históricos do Litoral de Cabo Frio, RJ*. São Paulo, Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, 1977.

vermelhos e amarelos ornavam diversas regiões dos esqueletos, associados a artefatos e oferendas. Fisicamente os indivíduos eram fortes e robustos, estatura média baixa, apresentando devido a dieta rica em moluscos, acentuado desgaste dentário e quase ausência de cárie.

Até o presente, foram localizados em Saquarema por pesquisadores do Museu Nacional, 25 sítios arqueológicos, a maioria já destruídos. Dos sítios que escaparam da destruição dois encontram-se em áreas de praças municipais.

Segundo informações do responsável pela manutenção do Sambaqui da Beirada, único aberto à visitação pública, os demais sambaquis que restaram são os seguintes: de Manitiba, da Pontinha e de Jaconé, que revelam culturas diversas deixando como testemunho de vida restos materiais recuperados através de escavações científicas e análises laboratoriais. As tradições, as técnicas, os hábitos alimentares, as práticas funerárias e as manifestações artísticas identificadas no contexto do Sambaqui da Beirada, são peças importantes no estudo desses povos primitivos que, ao longo de milênios, deixaram as marcas de sua existência no solo.

O mesmo se pode dizer do Sambaqui do Forte e de outros situados próximos à entrada da Lagoa de Araruama, no canal do Itajuru, em Cabo Frio. Segundo Kneip, grupos de pescadores e coletores chegaram ao local por volta de 2.000 A. C., ocuparam o sítio durante algum tempo e depois o abandonaram, para o reocuparem, desta feita, por um período prolongado.

Já os sítios existentes em Araruama se referem à presença, mais recente, dos Tupis no Estado do Rio de Janeiro. O sítio de Morro Grande é de importância fundamental para a determinação da época em que esta nação ocupou o território e como os outros sítios cerâmicos, conservou poucos vestígios da comunidade de origem. Segundo Buarque, esta aldeia é de 1.740 AP, datação que coincide com as últimas manifestações dos caçadores-coletores dos Sambaquis, no Rio de Janeiro:

*"Diferentes dos sambaquis, sítios arqueológicos de grandes dimensões, [as aldeias] são rasas e, por isso, facilmente destruídas. Além disso, o início tardio das pesquisas aliado à localização dos sítios em áreas fortemente urbanizadas ou de plantio, responsáveis pela destruição deste testemunho pré-histórico, dificultam profundamente o trabalho do arqueólogo na tarefa da reconstituição desse sistema sociocultural."*¹⁵



Fonte: Material exposto no Centro de Visitantes do Sambaqui da Beirada



Artefato cerâmico retirado de escavações do sítio de Morro Grande

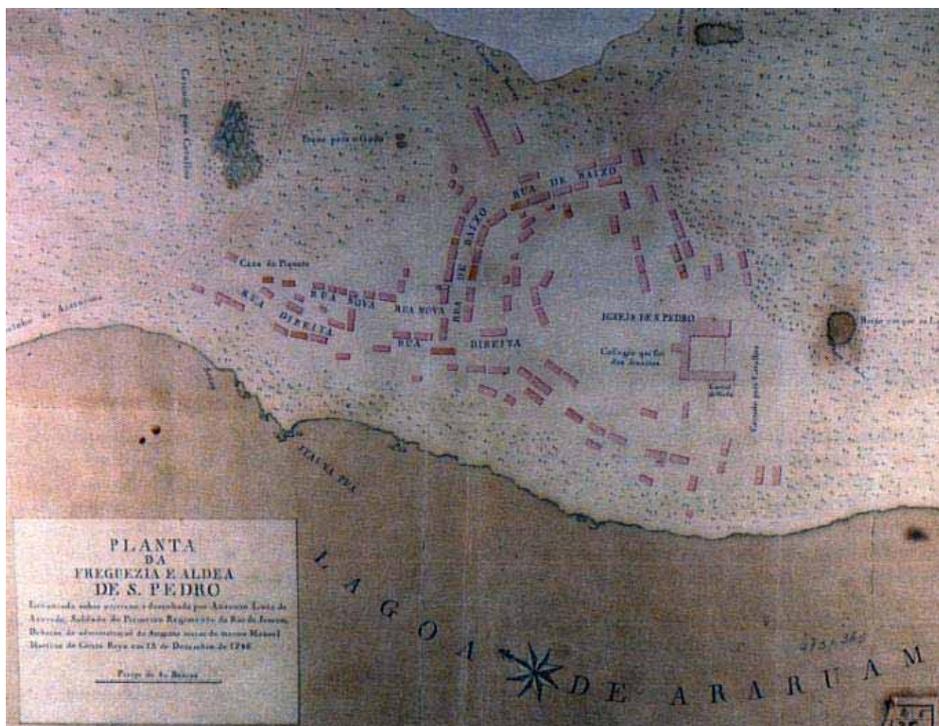
¹⁵ BUARQUE, Angela. A Cultura Tupinambá no Estado do Rio de Janeiro. In: Tenório, Maria Cristina (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1999. P 309-320.

A ocupação europeia

A ocupação da região em torno da Lagoa de Araruama data do início do século XVI com a fundação de uma feitoria, em 1503, por Américo Vespúcio, em uma de suas primeiras viagens ao continente americano¹⁶. Em 1506, o povoado de Santa Helena, que havia se originado daquela feitoria, passa a ser denominado de Nossa Senhora de Assunção de Cabo Frio.

O motivo da implantação de uma feitoria em Cabo Frio foi o mesmo que levou os portugueses a se estabelecerem em Porto Seguro e Itamaracá: havia três populações distintas de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) no Brasil, uma ao longo do litoral do Rio de Janeiro, concentrada em Cabo Frio; outra no sul da Bahia; uma terceira próxima ao Recife. Existem poucos registros de como se processava o comércio de pau-brasil e de outros produtos da terra mas, dos existentes, um se refere a Cabo Frio - o registro de carga da nau *Bretoa* (1511) que além da madeira carregou também escravos indígenas¹⁷.

Nos séculos XVI e XVII, a região era grande exportadora de pau-brasil atraindo a atenção de franceses, ingleses e holandeses¹⁸. Até o início do século XVII, a disputa pelas terras foi intensa, sendo finalizada somente em 1615, com a expulsão dos franceses e a construção de um forte na Ilha de Cabo Frio¹⁹.



Planta da freguesia e Aldeia de São Pedro. 1786. Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Exército. [Pessoa, José. Em tudo semelhante e em nada parecido. Modelos e Modos de urbanização na América portuguesa. In: Magalhães, J.R

¹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: M. Pacheco, 1965.

¹⁷ DEAN, Warren. *Obra citada*.

¹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Obra citada*.

¹⁹ GIFFONI, José Marcello Salles. *Obra citada*.

A expulsão dos franceses marca o extermínio dos Tamoios, que habitavam aquele sítio e sua redução, ou seja, o aldeamento forçado sob a tutela de religiosos e de outras nações indígenas, em 1617, em São Pedro da Aldeia. Este núcleo, fundado junto ao Colégio dos Jesuítas, torna-se a principal aldeia indígena fluminense.

Somente em 1750, com a extinção da Companhia de Jesus, os índios seriam administrados pelo capuchinhos, situação que perdurou até meados do século XIX. Cabo Frio fazia parte da capitania de São Vicente, cabendo ao seu donatário todos os direitos sobre as marinhas de sal, enquanto que nas outras capitanias o sal era monopólio da coroa.

Distribuição de sesmarias e atividades econômicas

O desbravamento de Maricá iniciou-se com a doação de sesmarias distribuídas ainda no século XVI. A partir da criação das capitanias hereditárias podem ser citadas as de **Duarte Martins Mourão**, as de **Antônio Marins**, concedidas em 1574 na região de Imbassaí, e as de **Gaspar Martins** e **Henrique Araújo**, compreendidas entre Itaipuaçu e a Lagoa de Maricá.

As áreas de restinga, no entanto, não tinham uma vocação agrícola, deste modo grandes extensões de terra foram doadas para ordens religiosas, principalmente aos jesuítas e aos beneditinos. Assim, em 1635, toda a área compreendida entre a restinga e a lagoa de Maricá é doada aos beneditinos pelo Governador interino da Província **Duarte Corrêa Vasqueanes**. A construção de uma fazenda com sede e capela serviu como núcleo evangelizador da região. Nesta mesma época é edificada ali a **Capela de Nossa Senhora do Amparo**, originando outro povoamento que posteriormente tornou-se mais importante - a zona palustre em que se localiza Imbassaí.

O **Mosteiro de São Bento**, no século XVI, era dono de quase toda a região do contorno da lagoa de Araruama, enquanto **os jesuítas**, que ocupavam áreas de São Pedro da Aldeia, possuíam a **Fazenda de Campos Novos**, hoje situada no distrito de Tamoios, em Cabo Frio.

Squarema, fundada em 1660, junto à **Capela de Nossa Senhora de Nazaré**, vivia da pesca. A região, cercada por serras que avançam perpendicularmente ao mar, delimitando áreas lagunares e alagadiças na baixada, apresentava graves dificuldades de comunicação com o Rio de Janeiro, apesar da proximidade geográfica, e dependiam do acesso marítimo ou de estradas que, precariamente, alternavam trechos de serra e de restinga.

Desde o início se delineia para essas terras uma **vocação agrícola apenas periférica**. Os religiosos em suas sesmarias implantadas na restinga concentram suas atividades na **criação de gado** e no **cultivo de**

subsistência. Nos vales situados entre as lagoas e as montanhas os sesmeiros empreendem o cultivo, principalmente, da **cana-de-açúcar**.

Esta constatação pode ser confirmada na leitura do relatório, de novembro de 1778, do Mestre de Campo **Miguel Antunes Ferreira**, grande senhor de engenho. Este contava com 5 fazendas, 120 escravos a seu serviço, produção de 96 caixas de açúcar, 57 pipas de aguardente, destacando-se ainda a produção de 1.100 alqueires de **arroz**, 4.561 alqueires de **mandioca**, 2.461 alqueires de **feijão** e 2.054 alqueires de **milho**. Deve ser considerado que tal relatório era incompleto, tendo sido esquecidas outras propriedades importantes, sobretudo a fazenda de São Bento, já que o referido senhor mantinha uma querela com os padres beneditinos.

Com a decadência da produção os engenhos de açúcar tornam-se fabricantes de aguardente e a agricultura volta-se para a subsistência. A **pecuária** teve destaque, no período colonial, em duas localidades: no denominado "**Curral de Itaocaia**", nas imediações de Itaipuaçu, e na **Fazenda de São Bento**, em São José de Imbassaí, que sob a administração de Frei João de São José Paiva, chegou a possuir 9.000 cabeças de gado.

Acrescente-se ainda o cultivo de **anil**, principalmente na Fazenda São Bento a partir de 1768, por incentivo do Marquês de Lavradio. No início do século XIX, as atividades agrícolas já haviam gerado o estabelecimento de núcleos urbanos importantes. A exceção de Cabo Frio, onde algumas edificações do centro urbano, religiosas e militares, datam dos séculos XVII e XVIII, tais como o **Convento de São Francisco**, de 1686; as **Capelas de São João Batista**; de **São Benedito**, de 1761; de **Nossa Senhora da Guia**, situada no cume do morro da Guia e contígua ao convento dos capuchinhos; o **Forte de São Mateus**, na entrada da barra de São Bento.

Outras edificações religiosas deste período marcam pequenos aldeamentos voltados, quase que exclusivamente, para a faina rural: as capelas de **Nossa Senhora dos Remédios**, na Praia dos Anjos em Arraial do Cabo; de **Santo Inácio**, erguida pelos jesuítas na **Fazenda de Campos Novos**; **São Sebastião** em Araruama; **Nossa Senhora da Conceição** em Iguaba Grande; **Nossa Senhora de Nazaré** em Saquarema; **Nossa Senhora do Amparo** em Maricá.

No século XIX, houve um significativo aumento do número de fazendas de **café** e de **açúcar** por toda a região, principalmente, pelo caminho que pelo interior ligava Cabo Frio ao Rio de Janeiro, passando por São Vicente (Araruama) e Itaboraí.

Sylvio Lamas de Vasconcellos retrata bem este momento:

"Na época do Império, Araruama possuía importantes fazendas de plantação de café e cana para o fabrico de açúcar e aguardente. Nessa labuta empregavam escravos e eram empreendimentos prósperos. Mas, em 1888,



Igreja de São Benedito, bairro da Passagem – Cabo Frio.



Capela de Nossa Senhora dos Remédios, Praia dos Anjos – Arraial do Cabo.

com o advento da Lei de 13 de maio, ressentiram-se com a falta do elemento escravo, e, como em todas as outras regiões do país, entraram em declínio e foram sendo abandonadas”.

“As antigas fazendas, quase todas, como era uso, tinham a sua capela, onde eram realizados os ofícios religiosos. As estradas que as atravessavam eram bem conservadas, permitindo tráfego razoável. Por elas viajavam as pessoas, utilizando-se de animais de montada (cavalos e burros), do carro de boi e das carruagens de duas rodas (seges) e de quatro rodas (caleças), puxadas por cavalos. Contou-me meu pai que, ainda menino, viu certa vez chegar em Araruama, ao portão da casa de seu pai, sua avó, Luísa Alves de Vasconcelos, como passageira de uma caleça. Vinha dos sertões de São Vicente de Paulo, ou seja, do Carijó, onde residia, na Fazenda Solidão. As mercadorias eram transportadas nos carros de boi e nas tropas de burros cargueiros. Findo o regime escravocrata, essas estradas, por falta de conservação, se tornaram intransitáveis”.

*“A produção de café e açúcar das velhas fazendas encontrava também escoadouro na Lagoa de Araruama e no Rio São João. O 'Almanack Laemmerl', em sua edição de 1870, assinala o seguinte: 'Há constante navegação dos portos da vila, Ponte dos Leites e Iguaba Grande, todos do município para a cidade de Cabo Frio, sendo o café o principal gênero de exportação. Além destes, tem o município de Araruama os portos de Soubara e Porto Alegre no Rio São João. Deles são exportados os gêneros, principalmente café, para a vila de Barra de São João. Pelo Rio de São João desce também café e madeira do município de Capivari'. Arrola aquele 'Almanack', como proprietários de barcos, o coronel Francisco Álvares de Azevedo Macedo, José Alves Rodrigues, Mendonça & Cia”.*²⁰

A atividade agrícola contribuiu para o desenvolvimento de núcleos urbanos na região: Cabo Frio, por exemplo, no início do século XIX contava com 11.600 habitantes. Em 13 de abril de 1815, o povoado foi elevado à condição de cidade.

Em 1814, Alvará datado de 6 de maio assinado pelo Príncipe Regente D. João, cria a Vila de Santa Maria de Maricá. Segundo o alvará foi concedida à Vila, por patrimônio, uma légua quadrada de terras sendo que a carga de seus habitantes ficava "... a fábrica de edifícios necessários a uma vila." O Termo de Maricá compreendia desde a Barra da Lagoa de Saquarema até a Ponta de Manditiba. Em 1845, a Vila era mencionada como cabeça de um colégio eleitoral de 24 eleitores e de uma legião de guardas nacionais, possuindo então 6.000 habitantes.

²⁰ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. Apontamentos sobre Araruama. Araruama: Álvaro Pereira Editores, 1998.

Em 1841, Saquarema é elevada à condição de Vila, incorporando-se a Comarca de Cabo Frio. Em 1859, a sede é transferida para Mataruna, na freguesia de São Sebastião de Araruama, sendo restaurada em 1860 e reinstalada em 1861. Neste período a Vila cresce devido ao início do **cultivo do café**. Em 1780, os padres capuchinhos ergueram, junto à Lagoa de Araruama, uma **igreja a São Sebastião**, sendo criada a paróquia de São Sebastião de Araruama, com 3.000 almas. Em 1799 é criada a freguesia como parte de Cabo Frio.

Em 1811 é construída outra igreja maior, em Mataruna, junto à praia. O Porto de Mataruna era uma vila movimentada com casas alinhadas e arruadas e possuía 13 engenhos de açúcar. Em 1852, a freguesia é desmembrada e incorporada pelo município de Saquarema, situação que se inverteu em 1859, com a transferência da sede municipal de Saquarema para Araruama, até se resolver definitivamente em 1861, com o estabelecimento de duas freguesias distintas.

Em 1890, Araruama e Saquarema são elevadas à categoria de cidade, com isso diminuindo a população de Cabo Frio, que no final do século XIX tinha 9.000 habitantes. Cabo Frio dividia-se em duas áreas, a Passagem e outra central, de ruas largas e desalinhadas onde estavam os principais prédios públicos - a Casa da Câmara, a Casa de Caridade e o Hospital e a Cadeia. Possuía também muitas fazendas, olarias, salinas e casas de negócio. A abolição da escravatura leva a região a um refluxo econômico. Neste contexto os empresários de Maricá, no **final do século XIX**, iniciam a construção da **Estrada de Ferro Maricá**, que ajudaria na integração da região com a capital.

A crise econômica seria superada pela exploração do sal, e na reconversão das fazendas para a cultura de cítricos, esta bem mais recente (1940). Em Maricá, por exemplo, foram grandes produtores e incentivadores do cultivo de limão e laranja, **João Pedro Machado** e **Joaquim de Oliveira Carvalho**, nas **Fazendas Bom Jardim e Bambuí** (de Antônio Machado) em Manoel Ribeiro, aonde criaram **destilarias** para o aproveitamento do **óleo das cascas de laranjas**; o apoio que esses senhores deram, também, ao cultivo da **banana** levou Maricá a ser, em 1932, o segundo produtor anual entre os municípios fluminenses.

Com a queda da produção de açúcar, a grande propriedade dá lugar a um crescente número de pequenos proprietários e lavradores, quando as grandes fazendas foram subdivididas. Assim, se na metade do século XVIII Maricá possuía apenas 5 grandes fazendas, já no início do século XIX era difícil contá-las. Este processo se acelera e, em 1942, Maricá possuía 505 propriedades rurais sendo 447 de porte menor e cultivadas por pequenos agricultores.

OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Vestígios remanescentes

Em praticamente todos os municípios da região pesquisada existem notícias de sítios arqueológicos. No entanto, em muitos deles, os locais aonde se encontram foram apenas registrados, não sendo objeto de nenhum trabalho de prospecção científica, sendo este o caso de Maricá e de São Pedro da Aldeia.

Em Saquarema, dos mais de vinte sítios registrados, em sua maior parte sambaquis, atualmente, apenas dois são localizáveis, sendo que desses, apenas um é apropriado à visitação.

Em Araruama, existem mais de dez sítios cerâmicos registrados, alguns dos quais foram escavados, mas por suas características bastante frágeis todo o material encontrado foi enviado para o Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Em Cabo Frio existem sambaquis que já foram objeto de estudos no distrito de Tamoios, no entanto, a urbanização recente tornou difícil a sua localização. Existem ainda vestígios de Sambaquis e sítios cerâmicos na Praia do Forte e seu entorno, devidamente registrados.

Inepac

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Secretaria de Estado de Cultura – RJ

INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

denominação:

Sítios Arqueológicos de Cabo Frio

código de identificação:

CF CS 048

localização:

Centro de Cabo Frio, em área típica de restinga, entre a Praia do Pontal, e o Canal do Itajuru.

município:

Cabo Frio

época de construção:

2000 A.C.

estado de conservação:

Descaracterizado

uso original / atual:

- / -

categoria:

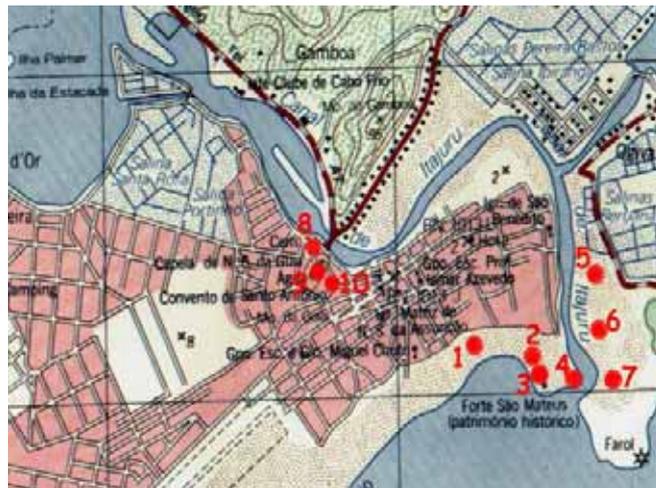
Patrimônio arqueológico

proteção existente / proposta:

Protegidos por Leis: > Lei Federal - nº3.924 - 26 de julho de 1961 - Legislação Brasileira Protetora das Jazidas Pre-histórica. > Lei Municipal - Decreto de tombamento nº001/89 - Tomba o conjunto de monumentos e sítios ecológicos, arqueológicos e paisagísticos situados no entorno litorâneo da cidade de Cabo Frio. / Parque com visitação orientada.

propriedade:

Pública / Governo federal



Sambaqui da Lajinha

situação e ambiência:

Situa-se na baixada de Araruama, em área típica de restinga. Assentado sobre uma pequena elevação cristalina com cerca de 9 m de altitude, entre a Praia do Pontal, a oeste, e o Canal de Itajuru, a leste, a menos de 100m do nível da maré atual

Levantado: Vera de Alcântara / Adailton Jorge da Silva

Data: 12-12-2003

Revisado: Vera de Alcântara / Werther Holzer

Data: 08-01-2004

No entorno da barra da lagoa de Araruama, em ambos os lados do canal do Itajurú, foram localizados e explorados diversos sítios arqueológicos, a maior parte deles estudados pela arqueóloga Lina Kneip.

A descrição que se segue, referente ao sítio da Praia do Forte, pode ser estendida, de forma genérica, para os outros sítios do entorno, pois todos se relacionaram.

“Escolheram como lugar de pouso, ou permanência temporária, trecho da colina que apresentava, em relação à topografia circundante, uma pequena concavidade natural. A escolha da concavidade poderia ter tido várias razões como, por exemplo, necessidade de proteção dos fortes ventos nordeste e sudoeste, necessidade de defesa ou mesmo refúgio.

De frente para o atual canal de Itajuru e de costas para o mar, viveram no local por espaço de tempo indeterminado.

*A espessura da camada arqueológica sugere uma ocupação não muito prolongada. Durante o tempo que lá estiveram, a alimentação era obtida, predominantemente, da coleta de moluscos. Alimentavam-se, sobretudo, das espécies *Crassostrea sp*, *Lucina pectinata* e *Strombus costatus*, todas de grande porte e no máximo de seu desenvolvimento; a alimentação era suplementada eventualmente, com peixes e aves.*

*O ambiente deveria ser bem diferente do atual, pois a espécie *Crassostrea sp*, por exemplo, que vive no *Rhizophora mangle*, era abundante na época; tal paisagem vegetal, não resta dúvida, deveria estar nas vizinhanças do sambaqui.*

A evidenciação de um trecho da ocupação mostra que acendiam fogueiras para cozinhar os alimentos: outros motivos poderiam ter levado, evidentemente, à utilização de fogueiras, mas a quantidade de restos faunísticos, associados a resíduos de carvão, é bastante significativa.

Para atender a atividade predominantemente de coleta faziam uso de artefatos perfeitamente adaptados ao fim previsto, ou seja, fragmentos com evidências de uso, seixos utilizados e peças com depressão, artefatos típicos do gênero de vida coletor. Não conheciam a técnica de polimento e faziam pouco uso de artefatos lascados.

Os artefatos ósseos limitavam-se a vértebras de peixe polidas, perfuradas ou não, facilmente identificadas como objetos de adorno. Nenhum instrumento ósseo, destinado a pescar ou caçar, foi identificado.

Se durante a permanência ocorreu o fenômeno morte, os testemunhos arqueológicos nada registram neste sambaqui inferior. Do mesmo modo, os testemunhos arqueológicos não registram a causa do abandono do sítio. Evidentemente, não foi por motivos alimentares, pois a seqüência estratigráfica não apresentou, em nenhuma ocasião, indícios de esgotamento das fontes de moluscos.

Em determinada época, porém, houve abandono do sítio e a ação eólica, bastante atuante na área, agiu intensamente. Sedimentos arenosos cobriram inteiramente a ocupação abandonada.

2. Ignoramos o tempo de sedimentação sobre a ocupação abandonada mas sabemos que em determinado momento o sítio foi reocupado. A ocupação se estendeu por toda a colina e a espessura da camada arqueológica sugere permanência mais prolongada que a anterior.

*A *Crassostrea sp* que na camada anterior apresentava-se em seu máximo de desenvolvimento, apresenta-se agora no estado predominantemente jovem. As espécies de grande porte e no máximo de seu desenvolvimento eram a *Lucina pectinata*, a *nadara notabilis* e *Olivanciliaria vesica auricularia*. A alimentação era reforçada com peixes, quase todos de pequeno porte e, evidentemente, caça eventual. A coleta de frutos, sementes e raízes silvestres, indiretamente comprovados pela presença do almofariz, deveria constituir, também, um suplemento alimentar.*

Em determinado momento da ocupação, quase no contato das camadas II e I, ocorre a modificação no gênero de vida. As espécies de grande porte e no máximo de seu desenvolvimento desaparecem, sendo substituídas por espécies de pequeno porte e de grande porte, mas no estado jovem. Apesar de insignificantes do ponto de vista alimentar, acentua-se a coleta de espécies de pequeno porte. A pesca é intensificada, apesar do domínio de peixe miúdo. Observa-se um maior recurso à caça, predominantemente de pequeno porte; a coleta vegetal, evidentemente, também desempenha seu papel.

Esta mudança alimentar é acompanhada, igualmente, por mudança no tipo de artefato, podendo-se verificar, perfeitamente, mudança funcional no tipo de artefato em função da variação faunística.

Os pescadores e coletores da camada 1, embora utilizando artefatos típicos do gênero de vida da coleta, apresentavam como característica dominante a indústria de lascas. Os tipos de artefatos lascados indicam que o grupo já possui, em relação às ocupações anteriores, certa habilidade na técnica de lascamento demonstrando, através dos tipos descritos, um perfeito domínio da técnica.

Os artefatos ósseos, por sua vez, demonstram igualmente certa diversificação funcional. Embora numericamente insignificantes já revelam a importância econômica, artística ou ritual dos mesmos.

Os ‘restos de habitação’ são representados por pequenas fogueiras, de tipo interna, ao redor das quais os indivíduos cozinham, alimentavam, utilizavam e confeccionavam seus artefatos. Entre as pequenas fogueiras,

interpretadas como parte integrante do interior de uma choupana, os espaços vazios eram provavelmente utilizados para passagem, repouso, entre outras especialidades. À medida que o tempo passava, com o deslocamento natural do indivíduo na colina, as fogueiras alternavam-se na área habitacional.

Os tipos de sepultamentos evidenciados também apresentam variações, talvez mais complexas, caracterizadas não só pela diversificação, como também ausência do mobiliário funerário, e caráter individual e coletivo dos sepultamentos.

Todos estes resultados seriam mais completos se houvesse um conhecimento melhor do ciclo biológico das espécies de moluscos e, principalmente, datação de C_{14} . Tais estudos, em andamento, virão esclarecer, por exemplo, problemas relacionados à cronologia das ocupações sucessivas, permitindo, por conseguinte, inferências seguras sobre as formas de adaptação descritas.

De qualquer forma, os resultados positivos obtidos neste trabalho permitem algumas reflexões importantes. De um lado, a necessidade de desenvolver, cada vez mais, uma linha de pesquisa em que a abordagem interdisciplinar seja a preocupação dominante. Por outro, a necessidade de intensificar a pesquisa em sambaquis de modo que as ciências correlatas não só colaborem com a Arqueologia, mas façam da mesma um método de estudo.” (Kneip, Lina Maria. Pescadores e Coletores Pré-históricos do Litoral de Cabo Frio, RJ. São Paulo. Fundos de Pesquisa do Museu Paulista, 1977. p.130-132)

□ **São sítios arqueológicos tombados pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio, e que estão devidamente numerados, acima, no mapa de localização, os que se seguem:**

- 1- Sambaqui e acampamento de pesca Tupinambá da duna Boa Vista, situada na Praia do Forte;**
- 2- Sambaqui do Forte (do qual temos descrição detalhada abaixo);**
- 3- Sambaqui do Morro dos Índios, situado ao lado do Sambaqui do Forte;**
- 4- Sambaqui da Boca da Barra;**
- 5- Sambaqui Porteira das Salinas Peroanas;**
- 6- Sambaqui do Meio;**
- 7- Sambaqui da Lajinha;**
- 8- Sambaqui Morro da Guia, no Portinho;**
- 9- Sítio Sagrado do Itajuru (Pedras Sulcadas do Morro da Guia);**
- 10- Sambaqui do Morro da Guia, no convento.**

Além destes enumerados no mapa de localização, foram tombados pela Prefeitura Municipal, o Sambaqui do Chapéu; o do Morro do Vigia, na Praia das Conchas; e o Sambaqui da Praia do Peró.

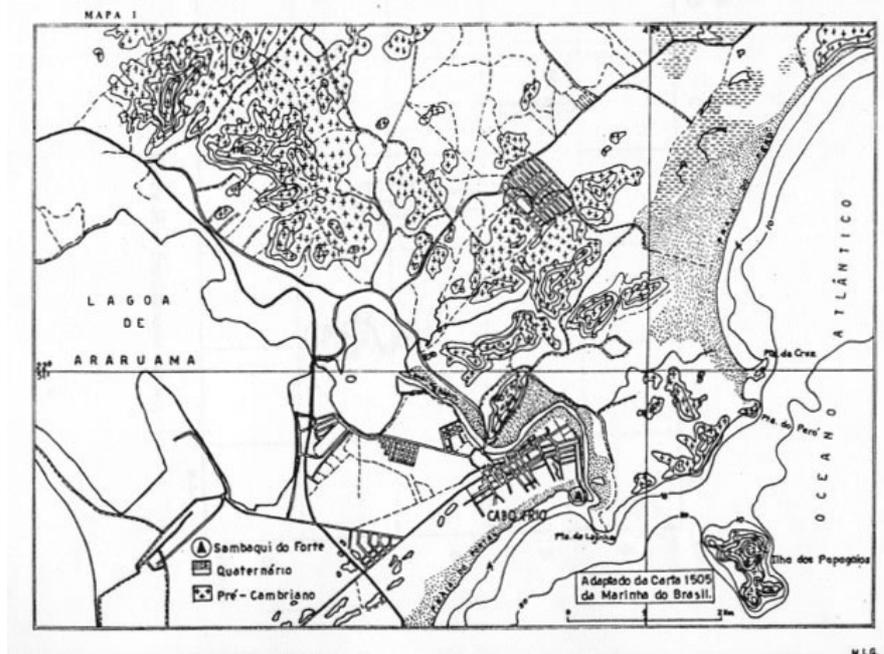
Sambaqui do Forte:

“O sambaqui do Forte se encontra na Cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido pesquisado nos anos de 1971 e 1974. Em 1971, já parcialmente destruído, media, aproximadamente, 40 x 50 m. ...

O projeto “Estudo do Sambaqui do Forte” iniciou-se em 1971, decorrente de uma escavação de salvamento. Resultou da necessidade de salvar, urgentemente, um sambaqui em vias de destruição e obter, em tais condições, informações precisas sobre o mesmo. O primeiro trabalho surge em 1974 tendo como temática a análise da variação espacial dos vestígios (Kneip, 1976) ...esta Região dos Lagos Fluminenses é formada por extensas baixadas litorâneas, bastante semelhantes entre si e geologicamente integrantes da planície costeira quaternária. Destacamos anteriormente (Kneip e Marques, s/d), em linhas gerais, os principais aspectos fisiográficos dessas baixadas: presença de serras e espigões que as delimitam e as seccionam e existência de restingas ou planícies costeiras arenosas, mais ou menos paralelas à praia. Em relação à restinga, o aspecto é quase sempre o mesmo: existência de dunas formando-se paralelamente à costa e constituindo o cordão de dunas costeiras; existência de grandes algumas localizadas à retaguarda das praias, destacando-se feições atuais e sub-atuais que nelas se repetem tais como esporões e praias; penetração de água do mar e saída de água oriunda do continente através de canais localizados nas extremidades das baixadas, que ligam lagoa e mar, e eventuais rompimentos de barra que permitem um contato mais amplo entre o mar e as lagoas. Numa dessas baixadas, propriamente naquela formada pela Lagoa de Araruama, encontra-se o Sambaqui do Forte.” (Kneip, Lina Maria.

Pescadores e Coletores Pré-históricos do Litoral de Cabo Frio, RJ. São Paulo. Fundos de Pesquisa do Museu Paulista, 1977.)

Ilustrações extraídas do livro Coleção Museu Paulista de Arqueologia
Lina Maria Kneip – Edição do fundo de pesquisas do museu paulista – São Paulo – 1977.



Página 31

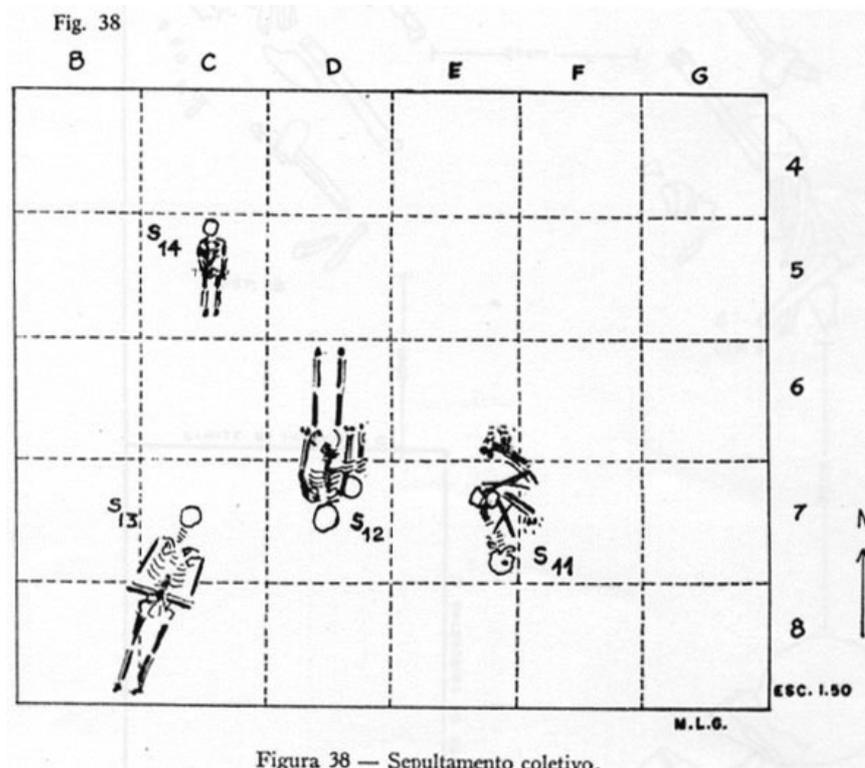


Figura 38 — Sepultamento coletivo.

Página 121

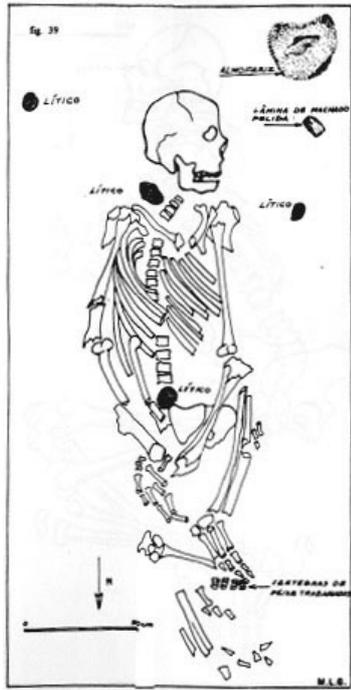


Figura 39 — Sepultamento 7, acompanhado de mobiliário fúnebre.

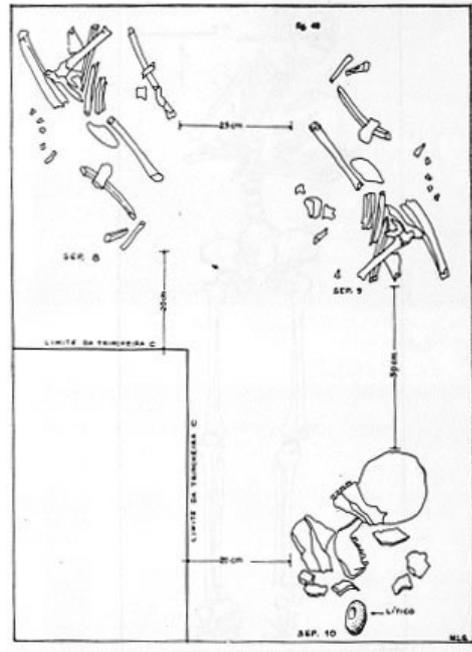


Figura 40 — Posição dos sepultamentos 8, 9 e 10 na trincheira C.

Páginas 122 e 123

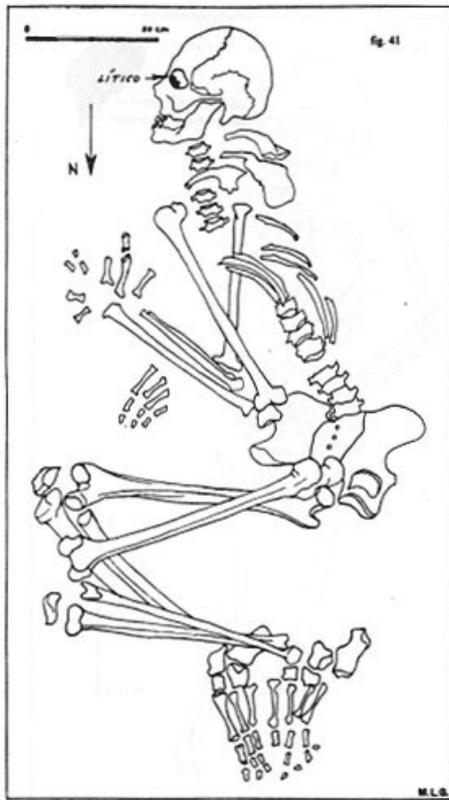


Figura 41 — Sepultamento 11.

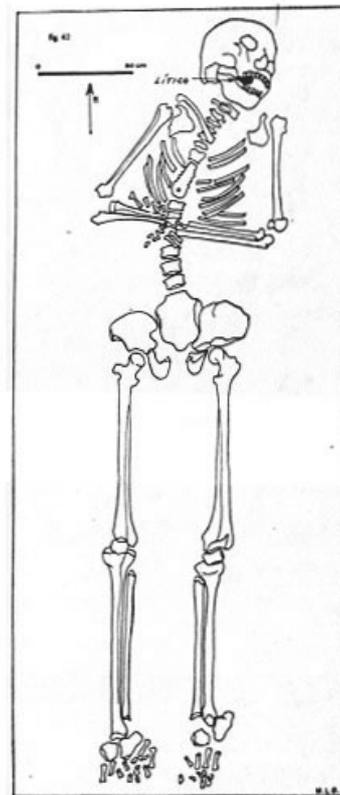


Figura 42 — Sepultamento 13.

Páginas 124 e 125

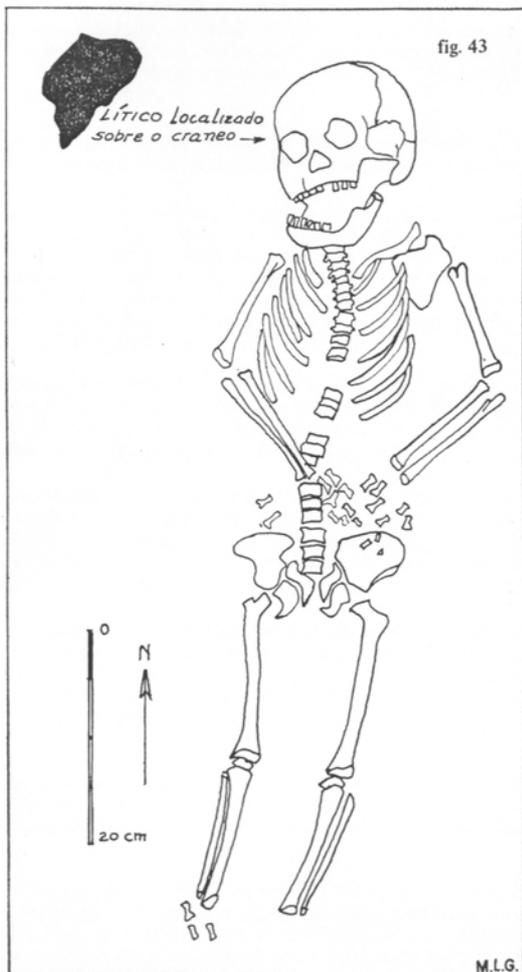


Figura 43 — Sepultamento 14.

Página 126



Foto 11 — Sepultamento 5.



Página 127

Sítio Sagrado do Itajuru (Pedras Sulcadas do Morro da Guia):

“No século XVI, quando os primeiros europeus aqui desembarcaram, já ouviram dos índios as aventuras do Sumé. A lenda é um dos mais importantes subsídios para explicar a origem do homem pré-colombiano.

Sumé marca a passagem de um estágio cultural para outro. Ensina aos índios o domínio do fogo e a agricultura. Sumé é o pai-mitológico, nosso primeiro herói-civilizador. Habitou o Outeiro do Tairú e sua passagem marcou o tempo. As pedras sulcadas trouxeram a Cabo Frio a fina flor da ciência.

O antropólogo francês André Metraux, diz que Sumé vivia com sua família em outras paragens e após gerar os gêmeos míticos Tamendonare e Aricoute, o Bem e o Mal, abandonou a família e foi viver no Cabo Frio, onde era conhecido pela feitiçaria e arte da vidência.

Certa vez, os índios perseguiram-no por diversas praias. Conta a lenda, que as flechas arremessadas davam a volta e cravavam no inimigo. Sumé continuou a fuga, até finalmente ser encurralado. Num gesto inesperado feito um “Moisés bíblico”, abre o mar e foge de seus opositores.

Morava numa câmara de pedra, que até hoje existe no flanco sul do Morro da Guia. No alto da colina, voltado para o nordeste, encabeçando o conjunto de blocos sulcados, esculpiu uma cadeira, na dura pedra. Existem sinais da sua passagem pela Paraíba, Bahia e Cabo Frio.

André Thevet, em 1555, e Simão de Vasconcellos, em 1663, foram os primeiros a fazerem referências às pedras sulcadas. Saint Hilarie, em 1818, desfrutou do mais belo panorama durante suas viagens, chegando a afirmar: “Dele se descobre o mar e os navios que passam no oceano, onde algumas vezes sobem os religiosos por divertimento e para mostrar os penedos sulcados”. O Célebre naturalista Charles Darwin, autor de ‘A origem das espécies’, também esteve em pesquisas no local, no ano de 1836.

Ladislau Netto, em 1881, provavelmente foi o primeiro a levantar a hipótese de que os sulcos eram polidores líticos fixos: *“tive em 1881, ocasião de verificar no alto do Morro da Guia, a menos de 2 Km da cidade de Cabo Frio, o modo porque se serviam os indígenas dos fragmentos caídos dos penedos de diorito que formam a aresta denticulada daquela montanha. Os referidos penedos ou penhascos apresentam, em diferentes sentidos, sulcos que, examinados atentamente, indicam haver sido feitos por indivíduos que, ajoelhados ou acorados sobre a face superior dos rochedos. Ali desbastavam os fragmentos de diorito de que faziam machados. A água e areia eram os únicos elementos de que se socorriam para esta operação.”* ...Muitos séculos se passaram, muitos pesquisadores subiram o Outeiro do Tairú em busca da verdade científica, e hoje ao comemorarmos 500 anos de história, temos também, um pé na pré história, e a única certeza que trazemos é a de que as Pedras Sulcadas do Morro da Guíia continuam envoltas numa neblina de beleza e mistério.” (Revista Cabo Frio 500 Anos de História. Editada pelo Projeto Cabo Frio 500 Anos de História.- 2003)

registro fotográfico



Sambaqui da Boca da Barra



Sambaqui do Morro dos Índios



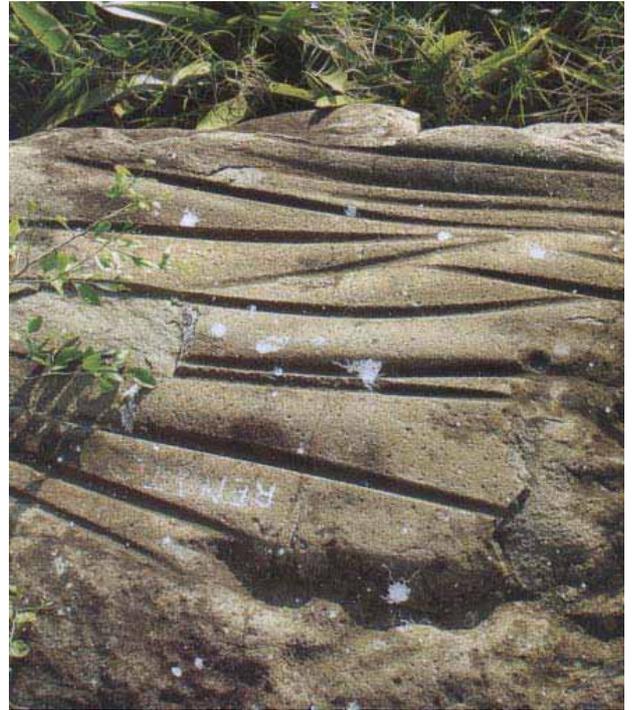
Sambaqui do Morro dos Índios. No plano intermediário, vista parcial da antiga zona portuária do bairro da Passagem. Ao fundo, as elevações onde estão situados os sambaquis das Peroanas, do Meio e da Lajinha.



Sambaqui e acampamento de pesca Tupinambá da duna Boa Vista, situada na Praia do Forte (no plano intermediário)



Sambaqui do Forte



Sítio Sagrado do Itajuru (Pedras Sulcadas do Morro da Guia)



Sambaqui Porteira das Salinas Peroanas

informações complementares

Estas áreas de sítios arqueológicos, que já estão tombadas pela Prefeitura e pelo Governo Federal, não se encontram hoje delimitadas e com acesso controlado. Neste caso a delimitação de parques municipais em torno de todos os sítios, alguns dos quais propiciam a ocupação de grandes extensões, onde se associam paisagens naturais e paisagens culturais, contribuiria efetivamente para a sua preservação e para uma visitação não predatória dos locais.

Como exemplo podemos citar o conjunto de elevações onde se situa o grupamento de sambaquis; Peroanas, Meio e Lajinha, que atualmente não se encontra delimitado. O local aberto à visitação pública não apresenta nenhum tipo de informação ao visitante. Dessa maneira, o valor que representa como sítio arqueológico, não é evidenciado e conseqüentemente tenderá a ser utilizado para banhos e lazer, ficando exposto a todo tipo de degradação. Por isso sugerimos que seja cercado, construída uma entrada única com controle de acesso, sendo este acompanhado de guia que dê as informações atribuídas ao mesmo.

A PAISAGEM RURAL

Vestígios remanescentes

Para a identificação dos vestígios dos bens culturais imóveis situados na área rural da Região dos Lagos visando o estabelecimento de um roteiro para o trabalho de reconhecimento de campo, foram pesquisadas bibliografias específicas relativas aos municípios que a compõe, utilizadas informações das Cartas do IBGE datadas de 1938 e 1940, além de dados obtidas de fonte oral, com a realização de entrevistas formais e informais.

Em alguns municípios como Saquarema, Iguaba Grande e Arraial do Cabo, não foram encontrados exemplos significativos de arquitetura rural. Em Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Armação dos Búzios, os poucos vestígios identificados, apresentavam estado avançado de deterioração. Maricá e Araruama destacaram-se por possuírem um maior número de exemplares em melhores condições de conservação.

A título de ilustração segue abaixo, um quadro com o resultado do levantamento realizado nas **fazendas listadas no roteiro de Araruama**, a partir das informações contidas na Carta do Município de Araruama de 1938.

Quadro geral – Município de Araruama

<i>Denominação das Fazendas</i>	<i>Inventariado</i>	<i>Não identificado</i>	<i>inexistente</i>	
Piedade; Lagoa Preta; Aurora; Figueira; Rio Pardo; Parati; Camboatá; Marim Bondo	*****			
Sub-Total:	8			
Picada; Retiro; Trindade; Paracatu; Morro Dourado; Tiririca; Ipitanga; Morubai; S. Joaquim; Conceição; Sapucaia; Espírito Santo; Solidão; Monte Caseiro; São João; São Pedro; Conceição do Seridó		*****		
Sub-Total:		17		
Capitão Francisco Leite; Céus Mineiros ou dos Mineiros; Boa Vista; Morro Grande; Lagoa do Peixe; Paraíso; Jaguaribe; Monte Belo; Pedreira; Soubara; Juturnaíba; Santána; Porto Alegre; Pau Brasil; Macabú			*****	
Sub-Total:			15	
Engenho Novo, não permitido o acesso	*****	*****	*****	
TOTAL :	41 bens imóveis listados	8 bens	17 bens	15 bens

Em Araruama, cerca de 41 fazendas foram apontadas pela pesquisa documental e pelas cartas geográficas de 1938 do IBGE e objeto de investigação em campo.

Em alguns casos o levantamento foi dificultado ou impedido pelos proprietários. Outra dificuldade foi decorrente do processo de desmembramento das terras das antigas fazendas, em que as estradas de acesso foram sendo alteradas e se multiplicaram, obrigando ao monitoramento dos vestígios remanescentes, através da utilização do Sistema Georeferenciado (GPS), como tentativa de localização.

Das 8 fazendas inventariadas, apenas 6 foram encontradas íntegras e as 2 restantes arruinadas.

Todas as fazendas que constam como não identificadas, provavelmente, foram desmembradas e transformaram-se em outras fazendas não sendo possível reconhecê-las ou encontrá-las a partir da simples localização indicada no mapa do IBGE.

As fazendas classificadas como inexistentes, foram aquelas que apesar de indicadas nominalmente no Mapa, não foram localizadas e, segundo informações colhidas em campo, de fato, há muito tinham desaparecido.

Implantação no sítio e arquitetura

As antigas sedes de fazendas, onde moravam seus proprietários, destacavam-se na paisagem pelas proporções avantajadas e localização em ponto elevado, em posição de dominância permitindo ampla visualização das terras. Algumas vezes o relevo impunha uma ocupação a meia encosta, tendo elementos geográficos imponentes como pano de fundo valorizando a composição arquitetônica, como é o caso da Fazenda Itaocaia e a de Bananal, em Maricá.

O programa arquitetônico era composto de vários compartimentos com muitos quartos, amplas salas e grande cômodo destinado a serviços domésticos, sendo a área de cozinha e despensa condizentes com a prática de receber hóspedes. Nos primeiros séculos de colonização apresentavam feição acastelada, por necessidade de defesa aproveitando, quando necessário, desníveis de altura. Por igual necessidade, tinham os panos de fachada com poucas aberturas, possuindo estrutura em pedra ou taipa.

Tornando-se desnecessário o propósito de defesa, modificaram-se suas características formais, adequando-se primeiramente as condições do clima quente. Apresentam-se então, como uma construção “acachapada”, de um só pavimento, com amplos beirais, cercada por alpendres para onde se abriam muitas janelas. Até hoje esta linguagem arquitetônica é típica das grandes habitações rurais brasileiras.



Fazenda Itaocaia – Maricá.



Fazenda Bananal – Maricá.

A volumetria e o tratamento formal dessas construções passa a influenciar a plástica e o partido das tipologias urbanas, as casas de cidade encontradas na região.

As casas de colonos, através da repetição de uma técnica construtiva de origem popular e extrema simplicidade, marcam sua presença na paisagem rural, trazendo até nossos dias uma herança cultural quase que atávica na maneira de fazer moradias, fazendo com que sobrevivam ao tempo e permaneçam pontuando os mais diversos roteiros do "interior" da região dos Caminhos do Sal.

Nos dizeres do mestre, Dr. Lúcio Costa, 1961, em artigo que endossa nosso olhar sobre essas casas:

"... sem esquecer, por fim, a casa 'mínima', como dizem agora, a do colono e - detalhe importante este - de todas elas, a única que continua "viva", em todo o país, apesar de seu aspecto tão frágil. É sair da cidade e logo surgem à beira da estrada, como se vê de aspecto cinematográfico. Feitas de "pau" do mato próximo e da terra do chão, como casas de bicho, servem de abrigo para toda a família - crianças de colo, garotos, meninas maiores, os velhos - tudo de mistura e com aquele ar doente e parado, esperando ... e ninguém liga de tão habituado que está, pois "aquilo" faz mesmo parte da terra, como formigueiro, figueira-brava e pé-de-milho - é o chão que continua ... Mas, justamente por isto, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna ... Aliás, o engenhoso processo de que são feitas - barro armado com madeira - tem qualquer coisa do nosso concreto-armado e, com as devidas cautelas, afastando-se o piso do terreno e caiando-se convenientemente as paredes para evitar-se a umidade e o "barbeiro", deveria ser adotado para casas de verão e construções econômicas de um modo geral".



Vista principal da fazenda Aurora.



Fazenda Piedade – Araruama.



Fazenda Prodigio – Araruama.

A ARQUITETURA RELIGIOSA

Vestígios remanescentes

A arquitetura do período colonial, que marca os primeiros momentos da ocupação europeia no território brasileiro, tem como uma de suas mais importantes características a **simplicidade**. As condições de vida nos povoamentos nos dois primeiros séculos, e a carência de meios materiais e recursos humanos, não nos permitiram grandes estruturas arquitetônicas aos "moldes europeus". Pode-se considerar que, sob este ponto de vista, os antigos conventos e as igrejas, traduziram o correspondente a esses "complexos arquitetônicos" nas cidades brasileiras.

Como grande parte das instituições de poder que aqui se instalaram, as ordens religiosas representavam, igualmente, interesses privados. Comungando com os objetivos da política colonialista da Coroa Portuguesa, dentro do sistema estabelecido de Capitanias Hereditárias, a Igreja, com seu projeto de evangelização e catequização dos índios, foi determinante no desbravamento e defesa das terras brasileiras contra interesses estrangeiros, assim como no aliciamento da mão de obra proporcionando o desenvolvimento das atividades econômicas.

Desde os primórdios dessa ocupação, devido à união de interesses entre a Igreja e a Coroa, e posteriormente, o Estado, esta desempenhará não somente funções religiosas, mas também administrativas, como os registros de nascimento, certidões de óbitos, etc.

Em decorrência dessas múltiplas funções, observa-se que, nos três primeiros séculos do Brasil Colônia, as construções religiosas, no âmbito urbano e rural, evidenciavam-se na paisagem intencionalmente, como um imponente e explícito discurso de sua autoridade.

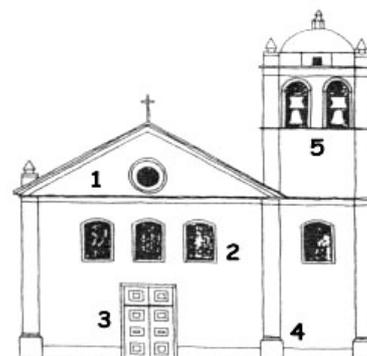
Em linhas gerais, o partido arquitetônico das igrejas seguia o esquema das fachadas templo, com o frontispício marcado por frontão triangular, duas ou três janelas com função de iluminação e ventilação do coro alto, e as laterais delimitadas e ressaltadas pelo desenho de cunhais. Predominava o gosto clássico, mais austero, despojado e a presença de torre sineira, dando um sentido de verticalidade à construção, manifestando o desejo de mostrar o caminho da transcendência.

A forma retangular e a nave única na quase totalidade dos exemplares, está relacionada à função de pregação religiosa. A planta longitudinal é a ideal para reunir uma grande quantidade de pessoas e mantê-las com a atenção voltada para a **capela-mor**, onde se desenvolve o culto religioso.

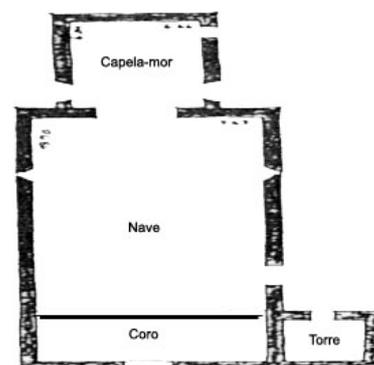


Igreja de Nossa Senhora de Nazaré - Saquarema

Esquema típico das Igrejas na região - fachada e planta.



1. Frontão triangular - fechamento superior do frontispício com a presença no tímpano de um óculo circular.
2. Janelas de iluminação e ventilação do coro.
3. Portada emoldurada em cantaria com folha dupla em madeira.
4. Verticalidade marcada pelos cunhais tratados como pilastros de aresta.
5. Torre sineira - cúpula em meia laranja e secção quadrangular.



A Igreja produziu uma arquitetura de extrema beleza plástica, que se consolidou como um dos símbolos de identidade desse período da formação do território fluminense. Com sua presença marcante na paisagem - rural ou urbana, representava por um lado a dominação e o controle social, por outro, significava a proteção e a segurança necessárias à fixação dos colonos e indígenas na terra, pois todos a viam e, dela, se observava a todos.

Às ordens religiosas foram doadas grandes faixas territoriais - em alguns casos, as terras de restinga consideradas improdutivas, como no caso de Maricá e Saquarema, mas em outros, áreas férteis como na fazenda Campos Novos, em Cabo Frio, que se transformou num dos maiores celeiros do estado fornecendo mandioca e gado para toda a Capitania.

Igual importância teve no desenho e configuração do tecido urbano, funcionando como um pólo aglutinador em torno do qual a cidade se estruturava - esse fenômeno é visível dentre outros, na formação do povoamento de São Pedro da Aldeia, em que o núcleo histórico se desenvolveu a partir e em torno do sítio de implantação da igreja.

A importância do papel que as ordens religiosas - jesuítas, beneditinos, carmelitas, franciscanos - desempenharam na ocupação das terras brasileiras, pode ser percebida na herança física deixada por suas obras arquitetônicas que pontuam e se destacam na paisagem fluminense e, em especial, na escolha do local onde construíam seus templos, sempre implantados em pontos estratégicos, nos topos das colinas, em situação de dominância do território.



Capela de São José de Imbassaí - Maricá.



Capela N.S. da Conceição, Iguaba Grande.



Centro Histórico de São Pedro da Aldeia.



Vista do Outeiro da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré – Saquarema.

A PAISAGEM URBANA

Vestígios remanescentes

Nos diversos núcleos urbanos que integram os Caminhos do Sal, apesar da intensa transformação que sofreram nas últimas décadas, podem ser encontrados exemplos arquitetônicos, isolados ou em conjuntos, que marcam as diversas fases da ocupação, identificando-se traços comuns em todos os municípios da região. Em cada localidade, procurou-se selecionar uma amostra significativa desses bens imóveis que foram inventariados, objetos de caracterização tipológica, situados por época de construção e, sempre que possível, contextualizados com dados históricos.

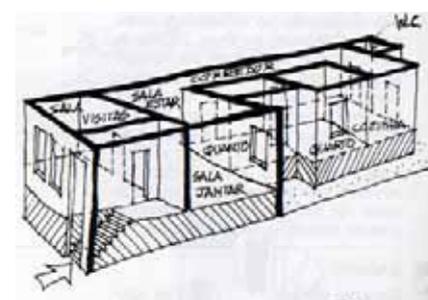
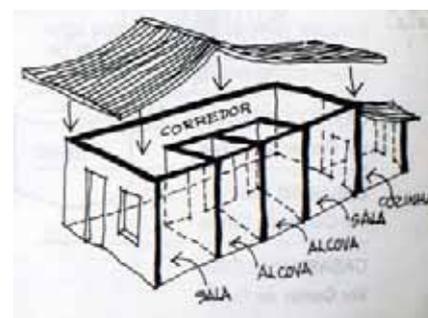
Segundo o arquiteto Nestor Reis Filho, no estudo sobre a evolução urbana das cidades brasileiras :

*"Nos primeiros núcleos urbanos, até meados do século XVII, as construções para residências eram simples e modestas, as primeiras a serem construídas tinham paredes em taipa, em geral de sopapo, e cobertura de palha de palma, sendo gradualmente melhoradas pelos mestres de obras, com a introdução de técnicas e materiais construtivos, tais como: a estrutura em taipa de pilão ou em pedra e cal, cobertura com telhas cerâmicas etc. Nessas casas, o piso térreo era em geral de terra batida ou lajes de pedra, e em madeira no caso dos sobrados, e os telhados, como já comentamos, em duas águas. Em planta, as residências tinham duas salas, uma na frente e outra nos fundos, ligadas por um corredor que dava acesso as alcovas que, por sua vez, tinham abertura apenas para este. A sala da frente era o local de acesso e recepção social único local da casa que os visitantes tinham acesso, e a sala dos fundos era reservada para o convívio familiar, refeições e acesso a cozinha e quintal. Apenas as duas salas tinham aberturas para o exterior para iluminação e ventilação. Quando a residência tinha dois ou mais pavimentos, uma marca de distinção e riqueza, o pavimento térreo servia para abrigar o comércio ou manufatura, ou animais, ou escravos, ou depósito, sendo a planta do pavimento superior semelhante ao descrito para a casa térrea."*²¹

O quadro geral da nossa arquitetura, não mudou muito ao longo dos séculos XVIII e XIX, e segundo Vauthier , citado por Algranti (1997), quem viu uma casa brasileira, viu quase todas. As casas dos pobres, tanto na área rural quanto na cidade, possuíam um ou dois cômodos onde se desenvolviam as atividades cotidianas. Nas residências das famílias de maior posse, os



Exemplo de casas de porta e janela - Bairro da Passagem - Cabo Frio



Desenhos esquemáticos da casa colonial.

Fonte: . *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo, Vicente Wissenbach Editor, 1998.

²¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1968.

apostos se distribuíam geralmente em seqüência - o da frente voltado para a rua servindo de sala, os demais acessíveis por um corredor lateral sem janelas e, no final, a cozinha e o alpendre, que davam para o quintal.

Com a proibição, em fins do século XIX, do uso de alcovas, a planta das casas se modificou. A partir de então, sua disposição interna passou a adotar o seguinte programa - duas salas na frente e dois quartos nos fundos, um dos quais se unia a um puxado utilizado como cozinha, sendo acrescida ainda de um pequeno compartimento, integrado ou não ao corpo principal, usado como W.C.

Outras mudanças se fazem notar, com o tempo, em relação à cobertura das casas, inicialmente, em duas águas e depois com as alterações nos lotes urbanos, em quatro águas. A necessidade de adaptação ao clima e de proteção dos efeitos intensos da insolação e das chuvas, fez com que o uso do beiral fosse, cada vez mais, valorizado nas construções, ampliando-o e dando origem aos alpendres. Inicialmente, como prolongamento de uma das duas águas de cobertura de telhado e, posteriormente, com a composição de quatro águas de cobertura, estendendo-se a duas ou mais águas. Aparece a figura do alpendre avarandado, fechado ou semi-fechado por guarda-corpo vazado, que antigamente recebia o nome de guarda-corpo avarandado. Com o tempo, foi se generalizando a denominação avarandado e depois varanda, como é chamado comumente hoje qualquer tipo de alpendre²². Como se verifica na paisagem urbana de todos os municípios da região, essa tipologia é a mais freqüente, determinada pelos condicionantes climáticos do ambiente de restinga.

Uma outra tipologia bem característica dos cenários urbanos, com destaque para as cidades de Araruama e Cabo Frio, típicas da 1ª metade do século XX, são as "casas de porão alto". A edificação é elevada do solo a uma pequena altura, criando no seu interior um novo ambiente - o porão - correspondente a um pavimento de pé direito menor, minimizando os problemas decorrentes da umidade ascendente, ao mesmo tempo que protegendo a intimidade do térreo da visão da rua.

*"Comumente o porão é ventilado por aberturas retangulares ou circulares, vedadas por grades de ferro. Muitas vezes é implantada no alinhamento da rua, possuindo entrada lateral descoberta, provida de gradil e portão de ferro. Quase sempre possuindo platibanda ornamentada de diferentes maneiras"*²³.

Também foram objeto do inventário arquitetônico os exemplares modernistas que, em meados do século XX, coincidindo com o apogeu do sal



Casa com alpendre situada na restinga de Praia Seca - Araruama.



Casa de porão alto.

Fonte: . *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo, Vicente Wissenbach Editor, 1998.



Meados do século XX - Araruama.

²² ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo, Vicente Wissenbach Editor, 1998.

²³ ALBERNAZ e LIMA. Obra citada.

e a descoberta da região como área de veraneio e turismo, começaram a surgir. As edificações mais significativas podem ser encontradas, por exemplo, no bairro de inspiração modernista situado no entorno do Parque Hotel, em Araruama.

O movimento modernista no Brasil, influenciado pelo movimento europeu norteou-se, entre outros aspectos, por um modelo de construção com estrutura independente dos planos de vedação para se chegar a uma liberdade maior de formas, telhados planos, uso de pilotis, planta livre, terraços-jardins, panos de vidro recobrimdo fachadas inteiras - propostas que procuravam garantir a idéia de continuidade entre o espaço interno e o externo, onde a paisagem natural adentrava pelo edifício e vice - versa.



Avenida Nilo Peçanha, nº 319 - Araruama

Exemplo de casa modernista - Bairro da Pontinha - Araruama



OS PRIMEIROS CAMINHOS

Cercado por elevações consideráveis, com altitudes médias de 300 m e máximas de mais de 900 m, que correm ora perpendiculares ora paralelas à costa, Maricá se configura geograficamente como uma ampla baixada, para onde são drenados todos os cursos d'água que formam um deslumbrante complexo lagunar. Este é separado do oceano por extenso cordão arenoso de restinga, formando uma única praia oceânica com 36 km de extensão. Através dessas areias foi traçado o primeiro caminho, integrando Maricá as demais cercanias.

O primeiro percurso aberto pelos índios e utilizado pelos primeiros povoadores, seguia pela serra de Itaitindiba - "*por ali passaram durante quase três séculos, os tropeiros provenientes de Guaxindiba e por aí fizeram sua rota, exclusivamente escolhida para transações comerciais até a segunda década do século passado*"²⁴. Os tropeiros em suas andanças e por longo tempo, utilizaram-se desse trajeto que assim se desenvolvia:

. Porto de Guaxindiba, Travessia de Cabuçu, subida do Alto da Guia, "... onde ainda se encontram hoje os vestígios da velha calçada do caminho secular em zi-zag."²⁵; as serras de Itaitindiba, descendo nas imediações de Capoaba, nas terras da Fazenda de Cassorotiba e deste ponto surgiam várias opções atravessando as restingas, margeando os lagos e entrando obrigatoriamente por terras alagadiças;

. Na direção de Cabo Frio, a partir de Maricá, o trajeto seguia por Saquarema, Araruama e São Pedro D'Aldeia pela restinga. Ainda em Maricá o viajante passava por último em Ponta Negra, antes chamada de Iiritiba ou Mariatiba.²⁶

Somente no século XIX, nos idos de 1820, esse percurso é alterado iniciando-se na antiga Aldeia de São Lourenço, hoje Niterói, seguindo até a Fazenda Santa Bárbara atual bairro do Baldeador, onde as cargas eram transferidas dos carros de bois e das tropas para a Vila Real da Praia Grande, sendo deslocado em direção à Garganta de Inoã, percurso que passou a ser chamado de "Estrada do Baldeador".²⁷

A crise de alimentos ocorrida na Corte, em 1817, fez com que D. João VI cogitasse na abertura de duas rotas de abastecimento que atendessem à exigência de eficiência e rapidez no transporte de víveres - uma vinha de Minas, passando por Sacra Família e Iguaçú, a outra ligava a Vila Real da Praia Grande a Maricá. Para realizar este trabalho foi nomeado o Intendente



Túnel que corta a serra da Tiririca, próxima à estação do Calaboca - Cenário atual.

²⁴ FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues. *Notas para a história de Maricá, Anuário Geográfico do ERI*. IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1952.

²⁵ FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues. Obra citada.

²⁶ FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues. Obra citada.

²⁷ FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues. Obra citada.

de Polícia Paulo Fernandes Viana, que abriu novo caminho pelas matas da Paciência e Calaboca, hoje na fronteira entre Niterói, São Gonçalo e Maricá.

Figueiredo narra que "... na sua inauguração, Paulo Fernandes fez aí transitar a sege de D. João VI, acompanhado de sua comitiva, atingindo Inoã e a Vila de Maricá." Este trajeto, hoje, é seguido pela Estrada Real de Maricá, que corre paralela a atual RJ-106, tendo passado por inúmeros problemas de manutenção durante o Império. A estrada foi reformada pelo Governador Major Sodré e aberta para o tráfego de automóveis em 1924.²⁸

CAMINHOS NA REGIÃO DO SAL NO DECORRER DOS SÉCULOS



Fonte: IBGE, esc. 1:50.000

²⁸ FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues. Obra citada.

OS CAMINHOS DO TREM

Estrada de Ferro Maricá

A história da implantação da estrada de ferro na Região dos Lagos, está indissoluvelmente ligada à história da ocupação de Maricá e as dificuldades de acesso a este sítio. Como observa Figueiredo (1952), não há no Estado do Rio de Janeiro município que, devido ao seu sistema orográfico, esteja mais isolado do restante de seu território do que Maricá.

Os caminhos do trem na região do sal, datam do final do século XIX e possuem uma característica muito peculiar. Sua construção deve-se a iniciativa de personalidades ilustres da comunidade que, com idealismo e capacidade de mobilização, utilizando-se de recursos materiais e financeiros próprios, em 1887, conseguem implementar tão importante empreitada.

Em função da limitação dos recursos, a estrada passou por inúmeras dificuldades para ser implantada, sendo a primeira delas a própria ligação com Niterói, já que a Companhia Cantagalo explorava a linha que se estendia da Capital Fluminense até Alcântara. Teve então a Estrada de Ferro Maricá que se iniciou em Alcântara. O primeiro trecho inaugurado, em 25 de novembro de 1888, ligava Alcântara a Rio do Ouro, passando pelas estações de Sacramento e Santa Izabel.

Em 1889, foi inaugurado o trecho entre Rio do Ouro e Itapeba, a três quilômetros da Vila de Maricá, que neste mesmo ano, é elevada à categoria de cidade.²⁹

O trecho entre Itapeba e Maricá foi inaugurado apenas em 1894, enquanto que o percurso deste ponto até Manoel Ribeiro, com cerca de 10 quilômetros foi inaugurado em 1901. Não foram encontrados documentos referentes a sua extensão até Ponta Negra, a denominada Estação Nilo Peçanha, mas pelos Decretos Federais n.º 7.912 de 7 de abril de 1910 e n.º 8.348 de 8 de novembro de 1910, sabe-se da concessão da exploração à Companhia Lavoura e Colonização, em São Paulo, do trecho entre a estação Nilo Peçanha e a localidade de Iguaba Grande.

Este foi implementado a partir de 1911, quando a linha e a concessão de sua extensão foi dada a Compagnie Generale de Chemins de Fer des États Unis du Brésil, com sede em Paris. Esta companhia recebeu também, concessões anteriores para o estabelecimento de giradores e oficinas no Largo de Neves, em São Gonçalo e para a construção de um cais no ponto inicial da estrada, em Niterói.³⁰



Antiga Estação de Maricá
Foto: Revista Maricá Já



Vista da estação de Maricá em sua versão original. (Sofreu alterações posteriores)
Foto: Revista Maricá Já

²⁹ FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues. Obra citada.

³⁰ Ministério da Aviação e Obras Públicas. Estrada de ferro Central do Brasil – Estrada de ferro Maricá. Decreto-lei 5784 de 30/08/1943, incorporação.

Na década de 1930, o trem seguia o seguinte percurso: Barreto, em Niterói; Neves, Sete Pontes, Rocha, Mutondo, Raul Veiga, Barracão, Sacramento, Santa Izabel, Salvatori, Rio do Ouro, Santa Eulália, em São Gonçalo; Calaboca, Inoã, São José, Buriche, Itapeba, Camburi, Maricá, Bom Jardim, Ignácio, Manoel Ribeiro, Joaquim Mariano, Nilo Peçanha, em Maricá; Km 73, São Tiago, Caçadores, Sampaio Correia, Morro dos Pregos, Nazareth, Km 97, Bacaxá, Km 103, Ipitangas, em Saquarema; Ponte dos Leites, Araruama, Km 126, Iguaba Grande, em Araruama – sendo que as localidades grifadas possuíam estações, enquanto as outras eram apenas paradas. O trem partia de Neves às 7:00 horas e chegava em Iguaba Grande às 11:30 horas.

Em 1933, o Governo Federal na figura do Presidente da República Getúlio Vargas considerando que a empresa francesa não tinha condições de manter a linha em operação, incorporou a Estrada de Ferro Maricá ao patrimônio da União. Logo após seus trilhos foram estendidos até Cabo Frio, com um ramal da Central do Brasil ampliado até o porto de Arraial do Cabo.³¹

A partir dessa data até a abertura das estradas de rodagem, na década de 1940, o **caminho do trem** viria a ser o principal elo de ligação de Maricá com outros municípios e, com a extensão da estrada de ferro até Cabo Frio, passou a ser também o **caminho do sal**, por onde escoava o sal da região produtora até o mercado consumidor.

Em 30 de agosto de 1943, o Patrimônio da EFM é incorporado ao da Estrada de Ferro Central do Brasil. De 1950 a 1957, esta foi administrada pela Estrada de Ferro Leopoldina, passando em 1957 a RFFSA, sendo definitivamente desativada em 1964.³²

. Arquitetura

No percurso até Iguaba Grande encontram-se, com sua tipologia característica, estações ou simples abrigos de parada do trem que foram construídos nos primeiros vinte anos do século XX, de arquitetura modesta com cobertura em duas águas, como é possível observar na iconografia de época.

As estações mais recentes, como as de São Pedro e Cabo Frio, se destacam das demais por serem mais imponentes e apresentarem uma linguagem "Art Decô", tirando partido do uso do concreto e de lajes planas.



Estação Ferroviária Ponte dos Leites, Araruama.



Estação de Cabo Frio, Terminal da Estrada de Ferro Maricá.



Vista atual da estação de São Pedro da Aldeia.

³¹ FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues. Obra citada.

³² Ministério da Aviação e Obras Públicas. Obra citada.

ESTRADA DE FERRO MARICÁ – CAMINHO DO TREM



Fonte: IBGE, esc. 1:50.000

-  Estrada de Ferro Maricá
-  Estações principais

AS SALINAS

Quadro atual

Implantada ao longo das margens da Lagoa de Araruama, a segunda com maior índice de hipersalinidade no mundo, a atividade salineira, após um período de declínio que se iniciou na década de 1960, vem passando por um momento positivo com a elevação do preço do produto no mercado. Com isso a desativação e ameaça constante de utilização de suas terras para a ocupação por loteamentos e construção de residências de veraneio diminuiu sensivelmente.

Segundo uma pesquisa desenvolvida pelo SEBRAE/RJ, em 2001, havia naquela época 144 salinas em operação, localizadas entre São Pedro da Aldeia, Araruama e Arraial do Cabo, com o seguinte perfil - 79% constituídas em pequenas unidades e exploradas pelos proprietários, 82% da mão de obra trabalhava em pequenas salinas que empregavam no máximo 10 trabalhadores, sendo que 62% das empresas, não empregavam mais que 5 trabalhadores.

Essa realidade sofreu, recentemente, algumas modificações a seu favor, no sentido da revitalização de várias unidades desativadas, principalmente, no município de Arraial do Cabo, na Massambaba. Mas mesmo essa mudança, não foi o suficiente para reaquecer a produção das salinas e atender as expectativas dos empresários do setor.



Vista da Salina Marrecas - Primeira salina de Araruama.

A paisagem humana

A atividade salineira determinou, ao longo de sua existência, a formação de um tipo de assentamento na região da restinga constituído pelas moradias dos trabalhadores das salinas, bastante peculiar, caracterizado fundamentalmente pela dispersão e implantação de nucleamentos de baixa densidade, em consequência do pequeno número de trabalhadores fixos, cinco por salina.

Esses núcleos se estabeleceram junto às salinas que lhes deram origem, sendo curioso observá-los ao longo do trajeto da RJ-102, estrada litorânea que liga Praia Seca, em Araruama, a Arraial do Cabo, através da restinga da Massambaba.

Em sua maior parte, não se destacam ou se evidenciam na paisagem como as salinas, cuja visibilidade é acessível ao simples olhar do leito das estradas e rodovias; para encontrá-los e apreendê-los como um todo, é necessário adentrar pelo seu interior, e aí sim, percebê-los como parte integrante do cenário híbrido da restinga e das próprias salinas.

As casinhas se aldeiam em grupos de duas ou três edificações, contornam ou são contornadas pelos jardins naturais com a flora nativa da restinga, formando com estes um “grande arranjo natural”. Em pequenos aglomerados urbanos como o da “salina da Pernambuco”, se enriquecem com a presença de uma capela em homenagem a padroeira do lugar, Nossa Senhora da Conceição e um pequeno comércio.

É difícil o acesso de carro a esses lugarejos, pois estão implantados, na maior parte dos casos, no interior da própria restinga. Parados no tempo, integrados àquela paisagem, contam muito da história do local – os traços físicos que figuram nos rostos e o colorido da pele, dessa “gente das salinas”, nos falam tanto do europeu quanto do africano, mas nos lembram o tempo todo de um outro antepassado nosso - os tupinambás.

Nesse mesmo cenário, a intervenção do homem nas margens da lagoa produziu um sistema de salinas, com um desenho peculiar, a partir de um recorte geométrico criando um escalonamento contínuo de tanques de águas rasas, cuja engenharia é assim descrita por Beranger:

"Uma salina compõe-se de valas de infiltração, moinhos de vento, tanques de condensação ou de carga, evaporadores, cristalizadores, passeios e armazéns. Os moinhos levam a água da vala aos tanques de condensação - reservatórios retangulares de 30 X 66 e 30 cm de fundo - concentra a água a cerca de três graus. Daí aos evaporadores ou marnéis de 13 X 13 m e 15 cm de fundo, levando a água a cerca de 17 ou 18 graus; quando a água atinge essa gradação é porque está com a densidade suficiente para dar entrada nos cristalizadores....É esta a parte mais importante da salina; tem 6,5 X 6,5



Praia Seca – Aldeamento de trabalhadores das salinas.

metros de extensão, feitos de sarrafos de pinho com 5 cm de fundo. Comunicando-se entre si e com os evaporadores por meio de furos abertos nos sarrafos. As crostas de sal começam a se precipitar quando as águas chegam a 23 graus Baumé; a 25 e 26 opera-se a cristalização franca e regular. Puxados com rodos especiais de madeira o sal é levado aos passeios e armazéns, onde fica aguardando o período chamado de cura...³³

O método de extração do sal continua inalterado desde o final do século XIX, preservando-se assim, uma paisagem construída pelo homem decorrente de uma atividade econômica tradicional e única.

Por sua beleza ímpar, as salinas constituem-se em um marco cultural na paisagem da Lagoa de Araruama, um verdadeiro cartão postal da região.

*Trabalhando o sal
É amor o suor que me sai
Vou viver cantando
O dia tão quente que faz
Homem ver criança
Buscando conchinhas no mar
Trabalho o dia inteiro pra vida de gente levar*

*Água vira sal lá na salina
Quem diminuiu água do mar?
Água enfrenta o sol lá na salina
Sol que vai queimando até queimar...*

Milton Nascimento. Canção do Sal



Salina São João – São Pedro da Aldeia

³³ GIFFONI, José Marcello Salles. P. 81.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. São Paulo: V. Wissenbach Editor, 1998.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.
- BELTRÃO, Maria C. M. C. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Forense Universitária/SEEC - RJ, 1978.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: ROSENDAHL, Z. Corêa, R. L. (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro : EDUERJ, 1998. p. 84-89.
- BERQUE, Augustin. Milieu, trajet de paysage et déterminisme géographique. *L' Espace Géographique*, n. 9, v. 2, p. 99-104, 1985.
- BUARQUE, Angela. A cultura tupinambá no Estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da terra brasilis*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1999. p 309-320.
- CAMPOS, Maria de Freitas. *Entre lembranças e desejo de mudança: transmissão e crise do sal em Praia Seca*. Rio de Janeiro, 1999-03-11 Tese (doutorado) UFRRJ/ICHS/CPDA, 1999.
- COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa : obras completas*. Belo Horizonte : Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1961.
- DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo : Edusp, 1999.
- FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues. *Notas para a história de Maricá, Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1952.
- FONTENELLE, Luis Fernando Raposo. *A dinâmica dos grupos domésticos no Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro : Serviço Social Rural, 1960
- FRÉMONT, Armand. *A Região: espaço vivido*. Lisboa : Almedina, 1980.
- GIFFONI, José Marcello Salles. *Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850)*. Niterói, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense/ICHF, 1999, p.15.
- HOLZER, Werther. *Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) USP, 1998.
- KNEIP, Lina Maria. *Pescadores e coletores pré-históricos do litoral de Cabo Frio, RJ*. São Paulo : Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, 1977.
- LAMEGO Alberto R. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro : IBGE, 1946. (Biblioteca Geográfica Brasileira)

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge : Cambridge University Press, 1985.

MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo A. C. Povoamento pré-histórico do litoral do Rio de Janeiro: repensando um modelo. In: BELTRÃO, M. (org.) *Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Arquivo Público do Estado, 1995. p. 69-78.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Estrada de ferro central do Brasil – estrada de ferro Maricá*. Decreto-lei 5784 de 30/08/1943, incorporação.

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1894.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo : Pioneira; EDUSP, 1968.

RONAI, Maurice. Paysages. *Herodóte*, n.1, p. 125-159, 1976.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa : M. Pacheco, 1965.

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Município de Araruama*. Mapa Organizado em Observância ao decreto-lei Nacional nº 311, de 2 de março de 1938, escala 1:50.000.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Município de Cabo Frio*. Mapa Organizado em Observância ao decreto-lei Nacional nº 311, de 2 de março de 1938, escala 1:50.000.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Município de Maricá*. Mapa Organizado em Observância ao decreto-lei Nacional nº 311, de 2 de março de 1938, escala 1:50.000.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Município de São Pedro D'Aldeia*. Mapa Organizado em Observância ao decreto-lei Nacional nº 311, de 2 de março de 1938, escala 1:50.000.